

Resultados de 2017



Empresa Luz e Força Santa Maria
S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis Regulatórias
de 2017**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

Conteúdo

Relatório da Administração regulatório	03 - 27
Balanço patrimonial regulatório	28 - 29
Demonstração do resultado regulatório	30
Demonstração do resultado abrangente regulatório	31
Demonstração dos fluxos de caixa regulatório	32
Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório	33
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	34 – 82
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	83 - 86

Resultados de 2017

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades do exercício 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, colaboradores e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2017 para o estado do Espírito Santo foi marcado pela continuidade da crise hídrica, especialmente até o mês de setembro, quando a Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH publicou a Resolução 058/2017, de 6 de setembro de 2017, restabelecendo o cenário de alerta e proibindo a captação diurna.

Mais uma vez os efeitos negativos dessa estiagem severa causaram significativos impactos econômicos, principalmente no setor agropecuário, um dos principais geradores de emprego e renda para a maioria dos municípios do estado do Espírito Santo.

De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, a produção da agricultura em 2017 foi de 5,18 milhões de toneladas, resultado 6,6% menor na comparação com o ano de 2016, que foi um ano considerado ruim para a agricultura capixaba, devido principalmente as adversidades climáticas. Houve ainda redução de 1,3% no rendimento médio e de 5,4% na área colhida entre 2016 e 2017. Na produção animal, houve queda de 3,3% na produção de leite e de 7,4% na produção de carne bovina, setor bastante suscetível aos efeitos climáticos.

Esses acontecimentos, associados à migração de grandes consumidores do mercado cativo para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, levaram a uma redução do consumo das classes rural, industrial e comercial em 2017 da ordem de 11,93%, 12,29% e 5,36%, respectivamente, em comparação ao ano de 2016. Além disso, houve também redução do consumo da classe residencial, que registrou em 2017 queda de 2,76% em relação a 2016, em função do menor uso de ar condicionado motivado pelas temperaturas mais baixas no ano anterior. A soma desses fatores levou a uma redução de 7,63% do mercado total da Santa Maria em 2017, em comparação com o ano de 2016, que já havia registrado queda de 6,97% em relação ao ano de 2015.

Contudo, a capacidade de entregar resultados efetivos mesmo em cenários desfavoráveis está entre as principais características da Santa Maria, e ao longo de 2017 não foi diferente. A Companhia alcançou EBITDA de R\$ 30,3 milhões e lucro líquido de R\$ 18,9 milhões, representando aumento de 65,9% e 62,1%, respectivamente, em relação a 2016. Além disso, registramos aumento de 1,8% no número de clientes em relação a 2016, com quase 2 mil novos clientes conectados à rede de distribuição de energia da Companhia.

Os investimentos líquidos totalizaram R\$ 5,8 milhões e foram destinados principalmente ao reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica, refletindo nos indicadores DEC (6,79) e FEC (5,42), que permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL.

Outro fato importante foi o reajuste tarifário anual ocorrido no mês de agosto de 2017. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.287, de 15 de agosto de 2017, a ANEEL homologou o índice final do reajuste tarifário anual da Companhia de 16,48% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores), aplicado na tarifa a partir de 22 de agosto de 2017, com vigência até 21 de agosto de 2018. O índice é composto por reajuste econômico de 9,86% e componente financeiro de 6,62%.

Para finalizar, não poderíamos deixar de registrar que o ano de 2017 também foi muito especial para a Santa Maria, que se classificou entre as finalistas do prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, obtendo a 3ª colocação na sua categoria (Sul e Sudeste acima de 30.000 e até 400.000 unidades consumidoras) e a 9ª posição geral com um índice de 72,53%, representando uma melhora de 0,24% em relação a 2016 (72,36%) e mantendo o conceito “Bom”.

Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

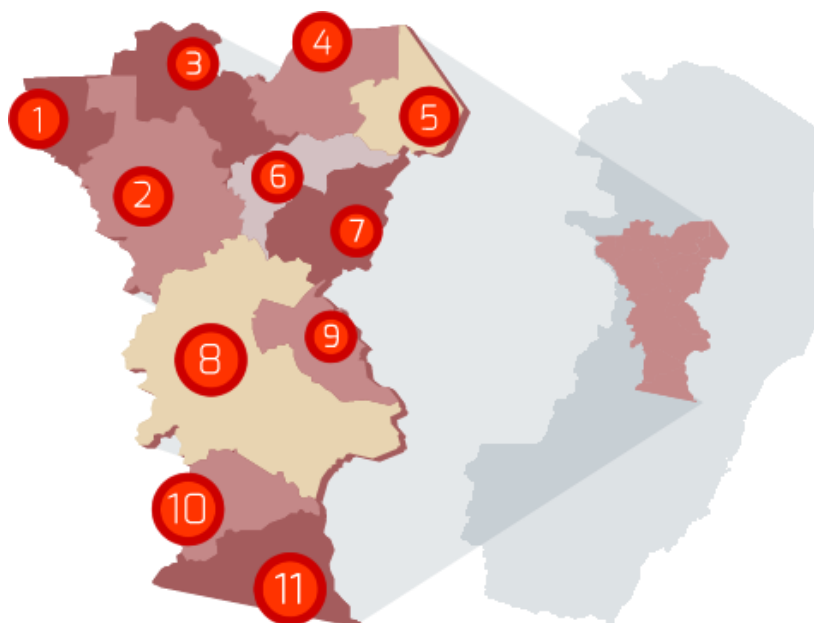
1. A Santa Maria

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Colatina, estado do Espírito Santo, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 70 anos de existência.

A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL. Em 09 de dezembro de 2015, a Santa Maria e a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, em que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045.

Com uma área de concessão de 4.994 km², ao fim de 2017 a Santa Maria atendia a mais de 110 mil consumidores em 11 municípios do estado do Espírito Santo.

Área de concessão



Número de consumidores por município

Municípios		2017	2016
1	Alto Rio Novo	3.323	3.251
2	Pancas	8.234	8.082
3	Águia Branca	4.599	4.487
4	São Gabriel da Palha	14.614	14.369
5	Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.645	3.608
6	São Domingos do Norte	4.561	4.384
7	Governador Lindenberg	5.146	5.093
8	Colatina (exceto o distrito de Itapina)	52.951	52.078
9	Marilândia	6.068	5.901
10	São Roque do Canaã	4.915	4.858
11	Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	2.012	1.999
Total		110.068	108.110

A política da qualidade da Santa Maria está pautada em melhorar continuamente os serviços de distribuição de energia elétrica, buscando a permanente satisfação dos consumidores, e garantir, aos órgãos reguladores e fiscalizadores, a confiabilidade dos indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica e a melhoria contínua dos processos de coleta, apuração e entrega desses indicadores. São esses objetivos que impulsionam a Companhia a planejar e executar periodicamente os investimentos necessários em seu sistema de distribuição. O quadro a seguir apresenta os principais dados dessas instalações elétricas:

Ativos de distribuição

Descrição	2017	2016	Variação %
Subestações			
Quantidade	12	11	9,1
Potência instalada de transformadores (MVA)	661	658	0,5
Redes de distribuição próprias (Km)	7.882	7.845	-0,6
AT (maior ou igual a 69 KV)	103	103	0,0
MT (entre 1 e menor que 69 KV)	7.050	7.004	0,7
BT (menor que 1 KV)	729	738	-1,22
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	15.707	15.388	2,1
Urbano	1.257	1.232	2,0
Rural	14.450	14.156	2,1
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	346	338	2,4
Urbano	95	94	1,3
Rural	251	244	2,9
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	84.985	83.724	1,5
Urbano	22.600	21.998	2,7
Rural	62.385	61.726	1,1

Além disso, a Companhia contava, ainda, com geração própria de energia elétrica de 4 pequenas centrais hidrelétricas, que foram desverticalizadas e transferidas em março de 2017, nos termos da documentação protocolada na ANEEL sob o nº 48513.026108/2016-00, para uma nova empresa constituída para esse fim e denominada Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A. Os principais dados dessas instalações elétricas são apresentados no quadro a seguir:

Ativos de geração

PCH	Potência instalada	Número de unidades geradoras	Localização
Santa Maria	420 KW	2	Colatina/ES
Tabocas	464 KW	2	Santa Teresa/ES
Cachoeira do Oito	240 KW	1	Colatina/ES
Cachoeira da Onça	900 KW	2	São Gabriel da Palha/ES

2. Governança corporativa

A Santa Maria baseia sua governança nos princípios da ética e da transparência, e se empenha em adotar as melhores práticas de mercado, criando valor e diferenciais à sua gestão, além de empregar esforços adicionais para proteger o interesse de todos os seus acionistas.

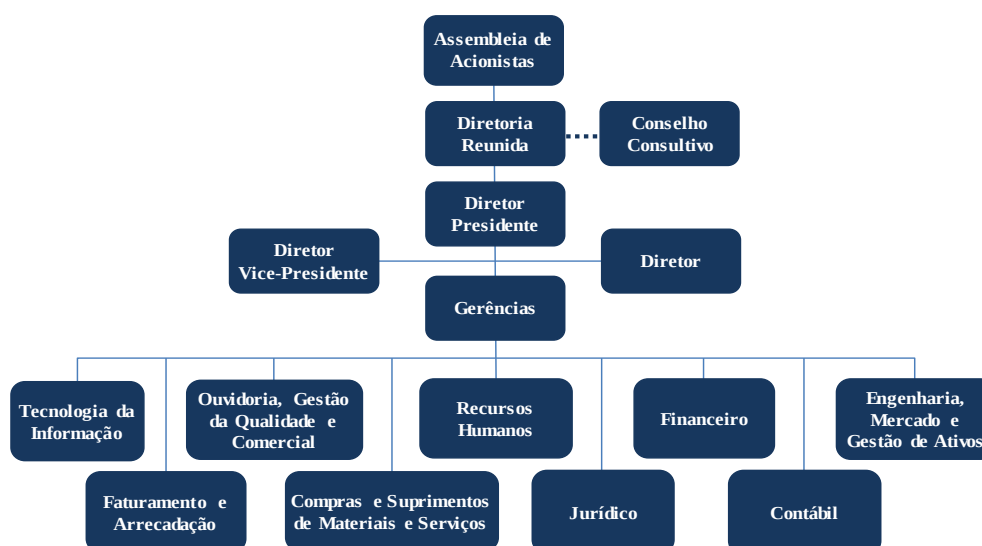
Aos acionistas da Companhia é garantido estatutariamente um dividendo mínimo calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Além disso, a Companhia optou por creditar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Adicionalmente, quando da prorrogação da concessão, ficou estabelecido que a Santa Maria adotará as normas de governança que vier a ser estabelecida pela ANEEL. Nesse sentido, como resultado da Audiência Pública nº 078/2016, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 787, de 24 de outubro de 2017, regulamentando a avaliação da qualidade dos sistemas de governança corporativa a ser aplicada às distribuidoras de energia elétrica.

2.1 Estrutura da Administração

O nível mais alto da estrutura de administração da Companhia é a Assembleia de Acionistas, seguida pela Diretoria.

Organograma da Administração (em 31.12.2017)



2.1.1 Diretoria

Conforme estabelece o Estatuto Social da Santa Maria, compete ao diretor-presidente, além das demais atribuições inerentes ao cargo, convocar as Assembleias Gerais, instalá-las e promover a eleição de seu Presidente, convocar e presidir as reuniões da Diretoria e estabelecer as diretrizes gerais para atuação da Diretoria. O diretor-presidente e os demais diretores são eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

Composição da Diretoria (em 31.12.2017)

Nome	Cargo
Arthur Arpini Coutinho	Diretor-Presidente
Angelo Arpini Coutinho	Diretor Vice-Presidente
Angelo André Bosi	Diretor

Resultados de 2017

2.1.2 Conselho Consultivo

Nos termos do Estatuto Social da Santa Maria, o Conselho Consultivo funciona em caráter permanente e é constituído de 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) Diretores e 02 (dois) eleitos pela Assembleia Geral Ordinária dentre os acionistas. Compete ao Conselho Consultivo assessorar a Diretoria e com esta colaborar, sempre que por ela solicitado.

Composição do Conselho Consultivo (em 31.12.2017)

Nome	Cargo
Arthur Arpini Coutinho	Diretor-Presidente
Angelo Arpini Coutinho	Diretor Vice-Presidente
Angelo André Bosi	Diretor
Virginia Coutinho Coelho da Silva	Acionista
Ricardo Coutinho Alves	Acionista

2.1.3 Códigos e políticas

A Santa Maria conduz as atividades e relações com seus *stakeholders* apoiada em códigos e políticas corporativos, que expressam os valores e a cultura organizacional da Companhia. Assim, compartilha com seus diferentes públicos os princípios e procedimentos contidos nesses dispositivos, em uma interação que gera capital social e de relacionamento. Os documentos disponíveis no website são descritos a seguir:

- **Código de ética:** conjunto de princípios a ser seguido por todos que direta ou indiretamente se envolvem em ações de responsabilidade da Companhia.
- **Manual do colaborador:** conjunto de direitos e deveres dentro da Companhia, reforçando os comportamentos, condutas e políticas que são considerados adequados ao desempenho das atividades profissionais.

3. Contexto setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial se deu com a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

3.1 Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos “não gerenciáveis” pela ANEEL (Parcela A – encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os “custos gerenciáveis” da concessionária (Parcela B – despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado “Fator X”.

No caso da Santa Maria, a partir da prorrogação do seu contrato de concessão, que ocorreu em dezembro de 2015, a revisão tarifária ocorrerá a cada cinco anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio ponderado de capital (“WACC”) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A quinta revisão tarifária terá como data-base agosto de 2021.

3.2 Reajuste tarifário anual de 2017

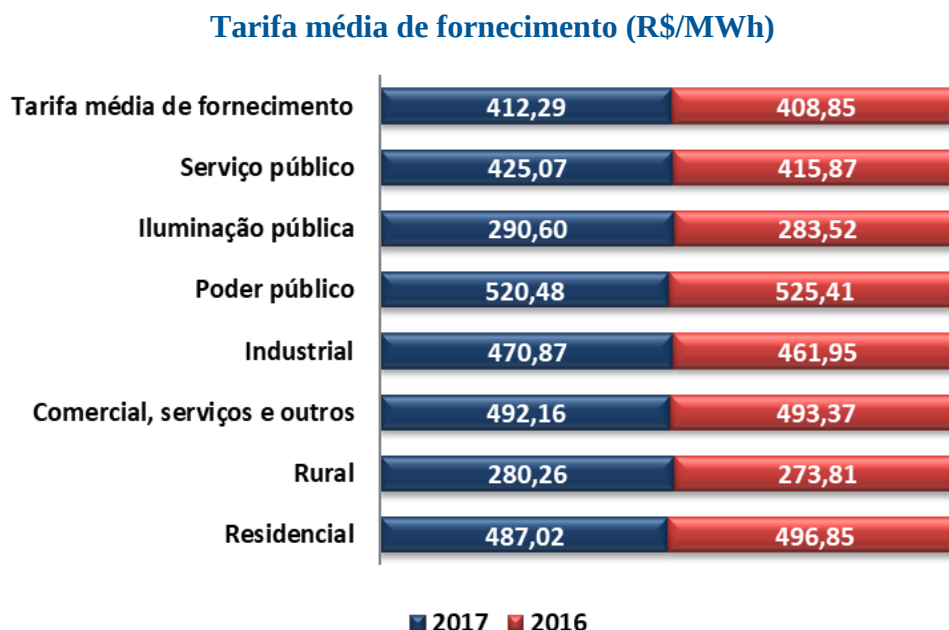
Por meio da Resolução Homologatória nº 2.287, de 15 de agosto de 2017, a ANEEL homologou o índice final do reajuste tarifário anual da Companhia de 16,48% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores), aplicado na tarifa a partir de 22 de agosto de 2017, com vigência até 21 de agosto de 2018. O índice é composto por reajuste econômico de 9,86% e componente financeiro de 6,62%. São destacados a seguir os itens e seu efeito tarifário que compuseram o reajuste tarifário anual de 2017:

Reajuste Tarifário Anual de 2017		
Parcela A	Encargos setoriais	-1,54%
	Custos de transmissão	6,94%
	Custos de aquisição de energia	4,06%
	Receita Irrecuperável	0,08%
Total da Parcela A		9,54%
Total da Parcela B		0,32%
Índice de Reposicionamento Tarifário		9,86%
Efeito dos itens financeiros - Processo atual		4,30%
Efeito da retirada dos itens financeiros - Processo anterior		4,42%
Variação dos subsídios		-2,10%
Efeito Total dos Itens Financeiros		6,62%
Reajuste Total Médio das Tarifas		16,48%

Resultados de 2017

3.3 Tarifa média de fornecimento

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, líquida dos tributos, atingiu R\$ 412,29/MWh, representando um aumento de 0,84% em relação a dezembro de 2016 (R\$ 408,85/MWh). As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica por classe de consumidores também são demonstradas a seguir:



3.4 Tarifa branca

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada no dia 6 de setembro de 2016, aprovou a aplicação da nova Tarifa Branca a partir de 2018.

A Tarifa Branca é uma nova opção de tarifa que sinaliza aos consumidores a variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. Ela será oferecida para as unidades consumidoras que são atendidas em baixa tensão (abaixo de 2.300 volts, denominadas como grupo “B”) e para aquelas pertencentes ao grupo “A”, optantes pela tarifa de baixa tensão. A partir do dia 1º de janeiro de 2018, todas as distribuidoras do país deverão atender aos pedidos de adesão à Tarifa Branca das novas ligações e dos consumidores com média mensal superior a 500 kWh. Em 2019, unidades com consumo médio superior a 250 kWh/mês e, em 2020, para os consumidores de baixa tensão, qualquer que seja o consumo.

Os consumidores que decidirem aderir ao programa de Tarifa Branca terão a possibilidade de pagar diferentes valores na tarifa em função da hora e dia que consumirem energia elétrica. Neste caso, o consumo de energia dentro do horário fora de ponta ficará mais barato enquanto o consumo dentro dos horários intermediário e ponta ficarão mais caros. O consumidor que conseguir alocar seu maior consumo em horário fora de ponta conseguirá se beneficiar desta nova tarifa.

Resultados de 2017

3.5 Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia passaram a ser faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Esse sistema tem como objetivo indicar para os consumidores se a energia que ele irá consumir custará mais ou menos, em função das condições críticas ou favoráveis à geração de energia elétrica, e tem por finalidade cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, o Encargo de Serviço do Sistema (“ESS”) e o risco hidrológico, que foram imputados à Santa Maria.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade:

- **Bandeira verde:** Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** Condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 1,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha patamar 1:** Condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha patamar 2:** Condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), administrada pela CCEE. Os agentes de distribuição passaram a assumir posição credora ou devedora junto a referida conta centralizadora a depender da diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente são apurados: o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/2015 e, além disso, é fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CCRBT ou a ser recebido pela mesma.

Em 2017 a Santa Maria faturou R\$ 6.862 de bandeiras tarifárias (R\$ 4.807 em 2016), repassou à CCRBT R\$ 4.267 (R\$ 111 em 2016), recebeu da CCRBT R\$ 781 (R\$ 414 em 2016) e o restante, ou seja, R\$ 3.376 (R\$ 5.110 em 2016) ficou em poder da Companhia para compensar parcialmente os custos de aquisição de energia realizados incorridos em montante superior aos previstos na cobertura tarifária.

4. Gestão de riscos e oportunidades

A análise de riscos e oportunidades empresariais na Santa Maria envolve empregados e a alta gestão, e compreende sua identificação e classificação quanto a probabilidade de ocorrência, significância em termos de impacto financeiro e de imagem e grau de controle. Os principais riscos avaliados são:

- **Risco de mercado:** a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto, com impacto nos volumes e preços da energia.
- **Risco regulatório:** evolução adversa da regulação do setor elétrico.
- **Risco tributário:** evolução adversa da legislação tributária e da atuação dos órgãos arrecadadores.
- **Risco de fatores econômicos:** alteração nas variáveis econômicas, com impacto nos negócios da Companhia.
- **Risco de quebra de contrato:** descumprimento de disposições constantes dos contratos firmados pela Companhia e das regras de comercialização na CCEE.
- **Risco socioambiental:** evolução adversa da regulação ambiental.
- **Risco de indisponibilidade de energia:** indisponibilidade da energia comprada. Entre os fatores que podem influenciar a disponibilidade estão a baixa hidrologia e a falta de combustíveis para termelétricas convencionais e a biomassa, podendo resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços tendem a ser elevados.
- **Risco de recursos humanos:** indisponibilidade de pessoal (empregados próprios ou terceiros), em função da não contratação e treinamento em tempo hábil para atender às necessidades da Companhia e reposição do quadro; aumento de custos por concorrência por recursos humanos em virtude do crescimento econômico; greves e paralizações; e acidentes de trabalho.
- **Risco de tecnologia da informação:** a indisponibilidade e a falta de segurança dos recursos de tecnologia da informação podem impactar negativamente as operações e a imagem da Companhia.
- **Risco de sinistro de grandes proporções:** acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais e humanas.

5. Gestão comercial

5.1 Indicadores de qualidade

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço da Santa Maria se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional, em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica.

O indicador DEC – Duração Equivalente de Interrupções apresentou melhora em relação a 2016, com redução de 5,8%, enquanto o FEC – Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente registrou aumento de 7,3% em relação a 2016. Ambos os indicadores permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, conforme tabela a seguir:

Indicadores de qualidade

Indicadores	Unidade	Parâmetros	2017	2016	2015	2014	2013
DEC	Horas	Real	6,79	7,21	7,89	10,38	5,92
		Meta ANEEL (máximo)	12,18	12,17	12,53	12,74	13,05
FEC	Número de interrupções	Real	5,42	5,05	5,95	7,24	5,18
		Meta ANEEL (máximo)	9,38	9,77	10,12	10,61	10,92

5.2 Satisfação do cliente

Anualmente, a ANEEL promove uma pesquisa de avaliação da satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica do Brasil (Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor). Em 2017, o IASC da Santa Maria foi de 72,53%, representando uma melhora de 0,24% em relação a 2016 (72,36%) e mantendo o conceito “Bom”. Com esse índice, a Companhia se classificou entre as finalistas do prêmio, obtendo a 3ª colocação na sua categoria (Sul e Sudeste acima de 30.000 e até 400.000 unidades consumidoras) e a 9ª posição geral.

Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria também participa anualmente da pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”), que mede, dentre outros indicadores, o Índice de Satisfação Geral (“ISG”) e o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (“ISQP”). Em 2017, o ISG da Santa Maria foi de 92,3, melhora significativa de 63,6% em relação a 2016 (56,4). Já o ISQP foi de 89,0, representando uma pequena redução de 2,1% frente a 2016 (90,9).

5.3 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: call center, internet (agência virtual) e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 205.939 atendimentos em 2017.

Resultados de 2017

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria com call center dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (call center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência. Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a Santa Maria está presente nos municípios da sua área de concessão com uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

A Companhia oferece ainda o serviço de ouvidoria, que pode ser acionado por meio de telefone, e-mail ou carta, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância. A ouvidoria realiza sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês a intermediação entre as manifestações dos clientes e a distribuidora, atuando como representante dos direitos do cliente junto a distribuidora. No ano de 2017 a ouvidoria da Santa Maria recepcionou 302 contatos de clientes e intermediou 37 manifestações.

5.4 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria implantou um Sistema de Gestão da Qualidade (“SGQ”) baseado na NBR-ISO 9001/2008, obtendo a certificação em maio de 2008. A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem como objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria padronizou todos os serviços obtendo uma melhoria na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxiliou na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca sempre melhorar os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente acontecem auditorias externas em setores alternados para manutenção do certificado e a cada três anos a Companhia se submete a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas. Em 2017 a Santa Maria recebeu a visita do BSI (organismo certificador) para realização da auditoria de recertificação, tendo sido recomendada a manutenção da certificação que, em abril de 2018, passará pela migração para a nova versão da NBR-ISO 9001/2015.

6. Gestão econômico-financeira

6.1 Cenário macroeconômico

O ano de 2017 foi marcado pela retomada, ainda que modesta, da atividade econômica brasileira. Segundo o Boletim Focus, do Banco Central do Brasil, publicado em 29 de dezembro de 2017, a expectativa é de que o Produto Interno Bruto tenha crescido aproximadamente 1% frente a 2016, quando a retração foi de 3,6% em relação a 2015, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Resultados de 2017

Ainda de acordo com o IBGE, em 2017 a produção industrial nacional avançou 2,5% frente a igual período do ano anterior, após registrar taxas negativas em 2014 (-3,0%), 2015 (-8,3%) e 2016 (-6,4%), marcando o resultado positivo mais elevado desde julho de 2011 (2,8%) e prosseguindo com a trajetória ascendente iniciada em junho de 2016 (-9,7%). Apesar da retomada, o desemprego ainda atingia 12,3 milhões de brasileiros em dezembro de 2017, taxa de 11,8%, praticamente estável em relação a dezembro de 2016, quando a taxa foi de 12,0%.

Segundo o IBGE, o consumo das famílias cresceu 1,2% no terceiro trimestre de 2017, na comparação com o segundo. Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, o consumo subiu 2,2%, segundo resultado positivo seguido, motivado pela queda da inflação e dos juros. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fechou 2017 em 2,95%, frente aos 6,29% registrado no ano anterior. A queda dos juros também favoreceu a melhoria do cenário. Ao longo de 2017 a taxa Selic passou de 12,9% para 7,4%, seu menor patamar histórico.

6.2 Consumo de energia elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica em 2017 foi de 463.948 GWh, representando um crescimento de 0,8% em relação a 2016, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Este é o primeiro resultado positivo dos últimos três anos. Esse volume de energia equivale ao mesmo patamar registrado no ano de 2015. Todas as classes de consumo apresentaram elevação na demanda, movimento explicado como reflexo da retomada da economia: industrial +1,3%, residencial +0,8% e comercial +0,3%.

6.3 Desempenho econômico-financeiro da Santa Maria

Principais indicadores econômico-financeiros

Indicadores financeiros	Unidade	2017	2016	Variação
Ativo total	R\$ mil	284.330	298.220	-4,66%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	25.095	38.920	-35,52%
Patrimônio líquido	R\$ mil	129.121	137.263	-5,93%
Dívida bruta	R\$ mil	12.159	16.144	-24,68%
Dívida líquida	R\$ mil	(12.936)	(22.776)	-43,20%
Indicadores de resultados	Unidade	2017	2016	Variação
Receita operacional bruta	R\$ mil	340.806	341.619	-0,24%
Receita operacional líquida	R\$ mil	214.544	208.570	2,86%
Custos gerenciáveis	R\$ mil	51.617	53.152	-2,89%
Custos não gerenciáveis	R\$ mil	139.974	145.153	-3,57%
EBIT	R\$ mil	22.953	10.265	123,60%
EBITDA	R\$ mil	30.342	18.293	65,87%
Resultado financeiro	R\$ mil	(4.265)	(964)	342,43%
Lucro líquido	R\$ mil	18.912	11.665	62,13%
Indicadores relativos	Unidade	2017	2016	Variação
Margem EBIT	%	10,70	4,92	117,38%
Margem EBITDA	%	14,14	8,77	61,25%
Margem líquida	%	8,81	5,59	57,61%
Dívida bruta / EBITDA	%	40,07	88,25	-54,59%
Dívida líquida / EBITDA	%	(42,63)	(124,51)	-65,76%
Dívida líquida / Patrimônio líquido	%	(10,02)	(16,59)	-39,62%

Resultados de 2017

6.3.1 Receita operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 340,8 milhões em 2017, uma diminuição de R\$ 0,8 milhões, ou 0,2%, quando comparada a R\$ 341,6 milhões de 2016. Essa diminuição é explicada principalmente pela variação nos seguintes itens: (i) queda de R\$ 15,2 milhões da receita de fornecimento, decorrente do menor volume de energia vendida em 2017 em função da retração de 7,6% do mercado total frente a 2016; (ii) aumento de R\$ 2,8 milhões de outras receitas operacionais (iii) aumento de R\$ 2,4 milhões da receita com ativos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos e aqueles previstos na cobertura tarifária; e (iv) aumento de R\$ 9,2 milhões da receita com venda de energia no curto prazo, decorrente das liquidações na CCEE.

A dedução da receita operacional totalizou R\$ 126,2 milhões em 2017, uma redução de R\$ 6,8 milhões, ou 5,1%, comparada a 2016 que foi R\$ 133,0 milhões. Essa diminuição é explicada principalmente pela variação nos seguintes itens: (i) redução de R\$ 3,1 milhões com encargos do consumidor; e (ii) redução de R\$ 3,7 milhões em tributos.

De acordo com as variações acima de receita operacional bruta e deduções da receita, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 214,5 milhões em 2017, R\$ 5,9 milhões ou 2,8% maior do que os R\$ 208,6 milhões registrados em 2016, conforme demonstrado a seguir:

Receita operacional (R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação R\$ mil	Variação %
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	273.610	288.900	(15.290)	-5,29
Ativos e passivos financeiros setoriais	6.924	4.527	2.397	52,95
Energia de curto prazo – CCEE	14.762	5.473	9.289	169,72
Outras receitas operacionais	45.510	42.719	2.791	6,53
Receita operacional bruta	340.806	341.619	(813)	-0,24
(-) Deduções à receita operacional	(126.262)	(133.049)	6.787	-5,10
Receita operacional líquida	214.544	208.570	5.974	2,86

6.3.2 Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos gerenciáveis totalizaram R\$ 51,6 milhões em 2017, representando uma redução de R\$ 1,5 milhões, equivalente a 2,9, em relação a 2016, quando o montante registrado foi de R\$ 53,1 milhões.

Nos custos não gerenciáveis foi registrada redução de R\$ 5,2 milhões, equivalente a 3,6%, em relação a 2016, tendo sido totalizados R\$ 139,9 milhões em 2017 frente aos R\$ 145,1 milhões do ano anterior. Essa diminuição é explicada principalmente (i) pela redução de R\$ 7,9 milhões do custo com compra de energia para revenda e (ii) pelo aumento de R\$ 2,7 milhões do custo com encargos de transmissão, conexão e distribuição.

Resultados de 2017

Custos operacionais (R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação R\$ mil	Variação %
Gerenciáveis	51.617	53.152	(1.535)	-2,89
Pessoal e administradores	25.371	21.585	3.786	17,54
Material	2.840	2.920	(80)	-2,74
Serviços de terceiros	7.733	7.301	432	5,92
Arrendamentos e aluguéis	1.171	1.015	156	15,37
Seguros	601	557	44	7,90
Doações, contribuições e subvenções	87	27	60	222,22
Provisões	150	989	(839)	-84,83
Perdas na alienação de bens e direitos	22	68	(46)	-67,65
(-) Recuperação de despesas	(383)	(424)	41	-9,67
Tributos	1.457	740	717	96,89
Depreciação e amortização	10.269	10.308	(39)	-0,38
Gastos diversos	4.448	4.455	(7)	-0,16
Outras receitas operacionais	(2.806)	(1.925)	(881)	45,77
Outras despesas operacionais	657	5.536	(4.879)	-88,13
Não gerenciáveis	139.974	145.153	(5.179)	-3,57
Energia elétrica comprada para revenda	121.954	129.892	(7.938)	-6,11
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	18.020	15.261	2.759	18,08

6.3.3 EBITDA

Em 2017, o EBITDA reportado foi de R\$ 30,3 milhões, ante um resultado de R\$ 18,3 milhões em 2016. A variação positiva de R\$ 12,0 milhões ocorreu em função, principalmente, (i) do efeito positivo de R\$ 5,9 milhões da receita operacional líquida; (ii) da redução de R\$ 1,5 milhões dos custos gerenciáveis; (iii) da redução de R\$ 5,2 milhões dos custos não gerenciáveis; e (iv) do aumento de R\$ 0,6 milhões das participações estatutárias deduzidas do resultado.

Conciliação EBITDA (R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação R\$ mil	Variação %
Lucro líquido do exercício	18.912	11.665	7.247	62,13
(-) Reversão JCP	-7.276	-8.536	1.260	(14,76)
(+) Impostos	4.172	3.892	280	7,19
(+) Resultado financeiro	4.265	964	3.301	342,43
(+) Depreciação e amortização	10.269	10.308	(39)	(0,38)
(=) EBITDA	30.342	18.293	12.049	65,87

6.3.4 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido negativo em 2017 foi de R\$ 4,3 milhões, superior ao resultado financeiro líquido negativo em 2016 de R\$ 1,0 milhão. Essa variação negativa de R\$ 3,3 milhões é explicada, principalmente, (i) pela redução de R\$ 1,9 milhões das receitas com aplicações financeiras (R\$ 1,4 milhões) e multas e acréscimos moratórios sobre a energia vendida (R\$ 0,5 milhões); (ii) pelo aumento de R\$ 2,7 milhões das despesas decorrente do reconhecimento dos juros e multas provenientes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT); e (iii) pela redução de R\$ 1,3 milhões das despesas de juros sobre o capital próprio.

Resultados de 2017

6.3.5 Imposto de renda e contribuição social

No acumulado do ano, as despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de R\$ 3,9 milhões em 2016 para R\$ 4,2 milhões em 2017, aumento de R\$ 0,3 milhões.

6.3.6 Lucro líquido

O lucro líquido da Santa Maria passou de R\$ 11,7 milhões em 2016 para R\$ 18,9 milhões em 2017, ou seja, aumento de 7,2 milhões, ou 62,1%. Essa variação decorreu, essencialmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 12,0 milhões do EBITDA; (ii) variação negativa de R\$ 3,3 milhões do resultado financeiro; (iii) pela redução de R\$ 1,2 milhões das despesas de juros sobre o capital próprio; e (iv) aumento de R\$ 0,3 milhões do imposto de renda e da contribuição social.

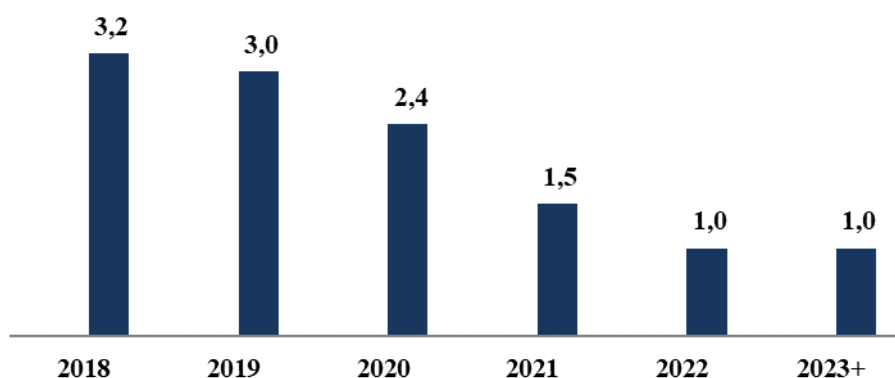
6.3.7 Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O total de dividendos propostos pela Administração da Santa Maria relativos a 2017 somou R\$ 5,5 milhões. Adicionalmente, a Companhia creditou ao longo de 2017 o montante de R\$ 7,3 milhões a título de juros sobre o capital próprio. Esses valores ainda devem ser ratificados pela Assembleia Geral Ordinária.

6.4 Endividamento

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida bruta, representada principalmente por empréstimos e financiamentos, totalizava R\$ 12,1 milhões, ou seja, decréscimo de R\$ 4 milhões ou 24,7% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2016 que era de R\$ 16,1 milhões. A variação do endividamento da Companhia está relacionada principalmente à combinação dos seguintes fatores: (i) não contratação de novas operações; e (ii) amortização de R\$ 4 milhões ao longo de 2017.

Cronograma de vencimento da dívida (R\$ mil)



Em 31 de dezembro de 2017 as disponibilidades financeiras (caixa e equivalentes de caixa) da Companhia superaram o endividamento bruto em R\$ 12,9 milhões. O endividamento de curto e longo prazo é apresentado a seguir:

Dívida líquida (R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação %
Curto prazo			
Empréstimos e financiamentos	3.243	3.987	-18,66
Longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	8.916	12.157	-26,66
Dívida bruta	12.159	16.144	-24,68
Caixa e equivalentes de caixa	(25.095)	(38.920)	-35,52
Dívida líquida	(12.936)	(22.776)	-43,20

6.5 Investimentos

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2017 recursos da ordem de R\$ 5,8 milhões (10 milhões em 2016), já deduzidos os recursos de Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios. O quadro a seguir apresenta um resumo desses investimentos nos principais ativos operacionais da Companhia:

Resumo dos investimentos (R\$ mil)

Descrição do ativo	2017	2016	Variação R\$ mil	Variação %
Redes de distribuição	3.671	7.869	(4.198)	-53,35
Subestações	89	523	(434)	-82,98
Sistema de medição	978	299	679	227,09
Veículos	933	738	195	26,42
Outros ativos	118	661	(543)	-82,15
Total	5.789	10.090	(4.301)	-42,63

Os investimentos realizados em 2017 foram destinados principalmente ao reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

Contudo, a redução dos investimentos em 2017 se deu em função de alterações no planejamento do sistema elétrico, que é bastante dinâmico e está sujeito a inúmeras variáveis, dentre elas algumas com forte influência, tais como: economia, atividade econômica da região, eventos climáticos, e etc.

6.5.1 Evolução e projeção dos investimentos

Em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição, os investimentos brutos realizados em 2017 somam R\$ 5,7 milhões (10,5 em 2016). A evolução dos investimentos em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição dos 3 (três) últimos anos, bem como a projeção dos investimentos para os próximos 5 (cinco) anos, é demonstrada a seguir:

Resultados de 2017

Distribuição - Máquinas e equipamentos - R\$ mil	Evolução dos investimentos			Projeção dos investimentos				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS bruto	12.301	10.539	5.678	22.744	12.395	13.557	12.726	8.053
Transformador de distribuição	2.879	2.438	1.641	2.498	1.989	1.269	2.277	-
Medidor	1.669	1.388	979	1.377	1.493	1.711	1.850	-
Redes baixa tensão (< 2,3 kV)	1.256	1.931	-	1.098	1.121	-	1.121	-
Redes média tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.751	4.259	2.956	2.744	4.160	8.823	3.204	-
Redes alta tensão (69 kV)	-	-	-	13.440	-	-	-	-
Subestações alta tensão (primário de 69 kV)	358	460	58	507	3.522	-	3.368	7.198
Subestações alta tensão (primário 88 kV a 138 kV)	3.295	63	31	-	-	-	288	-
Demais máquinas e equipamentos	93	-	13	1.080	110	1.754	618	855
Obrigações especiais do AIS bruto	1.845	1.848	940	3.696	2.014	2.203	2.068	1.309
Participações, doações e subvenções	1.845	1.848	940	3.696	2.014	2.203	2.068	1.309

O comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição é demonstrado a seguir:

R\$ mil	2017 R	2018 P	2019 P	2020 P	2021 P	2022 P
Plano de Investimentos em 2017	5.678	22.744	12.395	13.557	12.726	8.053
R\$ mil	2017 P	2018 P	2019 P	2020 P	2021 P	
Plano de Investimentos em 2016	13.520	13.755	13.418	12.311	12.978	
Diferença	-58,0%	65,4%	-7,6%	10,1%	-1,9%	

O planejamento no sistema elétrico é bastante dinâmico e está sujeito à inúmeras variáveis e dentre elas algumas com forte influência tais como economia, atividade econômica da região, eventos climáticos etc.

A divergência entre o previsto e o realizado para o ano de 2017 nos itens transformador de distribuição, medidor e redes de MT e BT teve como principal motivo o prolongamento da estagnação econômica, o que provocou um descolamento a menor entre o realizado e as previsões de solicitação de ligação e aumento de carga. Para o investimento classificado como redes de alta tensão foi realizada uma análise mais detalhada nos quesitos de confiabilidade e de limite de capacidade concluindo-se que esta obra poderia ser executada em 2018.

Nos anos seguintes o maior descolamento ocorreu em 2018 (a maior), pois foi incluída uma obra de linha de distribuição em 69 kV que trará benefícios de confiabilidade e aumento no limite de capacidade para a região que será atendida.

6.5.2 Pesquisa & desenvolvimento e eficiência energética

A Santa Maria mantém um programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, investindo 1% da sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/2000.

Resultados de 2017

6.5.2.1 Pesquisa & desenvolvimento

Na área de pesquisa & desenvolvimento está em andamento o projeto denominado “Nacionalização de Microinversor Fotovoltaico de 500 Wp com Alto Rendimento e em Conformidade com os Requisitos de Qualidade de Energia da Resolução Normativa ANEEL 482/2012”.

Como objetivo geral, o projeto está relacionado à concepção, dimensionamento e implementação de um microinversor de 500 Wp com tecnologia nacional. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: (i) pesquisas sobre topologias para melhorar significativamente o funcionamento de microinversores fotovoltaicos, considerando uma ampla faixa de variação das condições ambientais, como a irradiância solar e temperatura; (ii) otimização do projeto de microinversores para elevar a eficiência de operação a patamares superiores a 96%, buscando-se, ainda, reduzir o peso e volume do equipamento para que se obtenha uma solução com o menor custo futuro de fabricação em série; (iii) pesquisa, desenvolvimento e implementação de soluções de algoritmos para a detecção e o rastreamento do ponto de máxima potência (“MPPT”), com eficiência superior a 99%; (iv) inserção de técnicas ativas de anti-ilhamento no equipamento, que não degradem a qualidade da energia no Ponto de Conexão Comum (“PCC”) e que tenham uma reduzida zona de não-detecção, garantindo a confiabilidade da instalação e a segurança de usuários e técnicos de manutenção; (v) construção de protótipos com os mesmos conectores dos modelos importados e utilizados no mercado brasileiro; (vi) solicitação de registro de patente industrial do microinversor desenvolvido, junto ao INPI; (vii) desenvolvimento de uma dissertação de mestrado na área pesquisada; (viii) divulgação dos resultados obtidos (técnicas e produtos) no projeto, em eventos e/ou publicações nacionais/internacionais; e (ix) instalação e monitoração da eficiência, em campo, numa amostra de 10 protótipos, para análise dos resultados.

O projeto, que teve início no mês de dezembro de 2015, teve sua previsão de conclusão realocada para o mês de maio de 2018. O investimento total previsto é de R\$ 1 milhão, sendo que até 31 de dezembro de 2017 já haviam sido aplicados R\$ 0,8 milhões.

6.5.2.2 Eficiência energética

Na área de eficiência energética foi concluído o projeto denominado “Energia Solar I - ES I”.

Esse projeto teve por objetivo promover a efficientização no segmento residencial baixa renda através da substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas LED, e por meio da instalação de sistema solar individualizado, com a utilização de microinversor, sem a utilização de sistema de armazenamento de energia. O projeto busca, de uma forma geral, disseminar a conscientização dos consumidores para o uso correto e seguro da energia elétrica, buscando a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta do sistema, e incentivando a inserção da energia solar na matriz energética nacional.

Por meio do projeto foram instalados 250 (duzentos e cinquenta) sistemas de geração de energia solar com capacidade de geração de, aproximadamente, 61 kWh/mês. Além disso, foram substituídas 16.000 lâmpadas LED, com potência unitária de 9W, em 3.421 consumidores, todos da classe residencial baixa renda, distribuídos pela área de concessão da Santa Maria.

Resultados de 2017

O projeto, que teve início no mês de dezembro de 2015, foi concluído no mês de maio de 2017. O investimento total foi de R\$ 2,7 milhões.

Adicionalmente, a Companhia está aguardando a análise e aprovação, pela ANEEL, da proposta do projeto denominado “Santa Maria Ilumina”, que visa promover a efficientização energética do segmento de iluminação pública nos municípios que integram a sua área de concessão, por meio da substituição de lâmpadas e luminárias convencionais (vapor de mercúrio, vapor metálico e vapor de sódio) por luminárias de tecnologia LED. O início de execução previsto para esse projeto será no mês de abril de 2018. A proposta visa à substituição de cerca de 2.600 equipamentos (lâmpadas, reatores e luminárias) por luminárias de tecnologia LED, com potências variáveis de 40W a 160W, vida útil superior a 50.000 horas, fator de potência maior que 0,95 e garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos. O investimento estimado será da ordem de, aproximadamente, R\$ 3,8 milhões.

7. Gestão operacional

7.1 Evolução do número de consumidores

A Santa Maria registrou 110.068 consumidores ativos em 31 de dezembro 2017, representando um crescimento de 1,81% em relação a 31 de dezembro 2016.

Evolução do número de consumidores

Classe de consumo	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	67.301	66.243	64.996	63.663	61.990
Rural	31.217	30.551	29.907	28.484	27.511
Comercial, serviços e outros	8.389	8.236	8.124	8.114	7.788
Industrial	1.986	1.949	1.888	1.839	1.688
Demais classes	1.175	1.131	1.121	1.204	1.079
Total	110.068	108.110	106.036	103.304	100.056
Variação	1,81%	1,96%	2,64%	3,25%	4,37%

7.2 Mercado de distribuição da Santa Maria

Pelo segundo ano consecutivo o mercado total na área de concessão da Santa Maria registrou queda. Em 2017, a redução foi de 7,63% em comparação ao ano de 2016, que já havia registrado queda de 6,97% em relação ao ano de 2015. O desempenho negativo em 2017 se concentrou, principalmente, nas classes rural, industrial e comercial, que registraram variação no consumo de -11,93%, -12,29% e -5,36%, respectivamente. A redução do consumo da classe rural se deu em função da continuidade do cenário de estiagem no estado do espírito santo, especialmente até o mês de setembro. Com relação às classes industrial e comercial, a redução do consumo se deu em função da migração de grandes consumidores do mercado cativo para o Ambiente de Contratação Livre – ACL. Em 2016, apenas 3 consumidores haviam migrado para o ACL. Em 2017, esse número cresceu e fechou em 7 consumidores. Além disso, a classe residencial também registrou queda de 2,76% no consumo, movimento explicado pelo menor uso de ar condicionado em função das temperaturas mais amenas no ano passado.

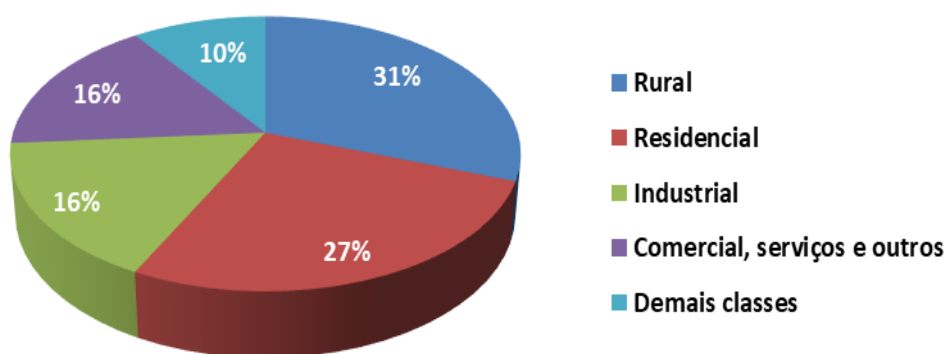
Resultados de 2017

Mercado atendido (GWh)

Classe de consumo	2017	2016	2015	2014	2013	Varição 2017/2016 em %	Varição 2016/2015 em %
Rural	147,408	167,380	198,699	165,992	161,227	-11,93	-15,76
Residencial	129,072	132,740	130,203	125,772	118,349	-2,76	1,95
Industrial	79,219	90,319	97,091	99,409	91,933	-12,29	-6,97
Comercial, serviços e outros	78,895	83,362	87,249	86,399	81,984	-5,36	-4,46
Iluminação pública	20,798	19,946	18,881	17,885	15,572	4,27	5,64
Poder público	14,210	15,563	16,338	15,756	15,129	-8,69	-4,74
Serviço público	11,805	11,821	11,781	12,521	12,123	-0,14	0,34
Consumo próprio	0,684	0,779	0,791	0,788	0,755	-12,20	-1,52
Total	482,091	521,910	561,033	524,522	497,072	-7,63	-6,97
Varição	-7,63%	-6,97%	6,96%	5,52%	8,37%		

Mesmo com queda acentuada no consumo nos últimos 2 anos, a classe rural continua sendo a classe de consumo de maior representatividade da Companhia (31%), seguida das classes residencial (27%), industrial e comercial (16%) e demais classes (10%).

Participação do mercado total em 2017



7.3 Balanço energético

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica.

Resultados de 2017

Adicionalmente, a Companhia revisitou no final de 2017 a metodologia de cálculo das perdas elétricas para os últimos 5 anos. Esse procedimento serviu para permitir que os critérios adotados pela Santa Maria ficassem totalmente aderentes às regras estabelecidas pela ANEEL no Submódulo 2.6 – Perdas de Energia – dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, além de contribuir com a revisão dos montantes anteriormente apurados e a sua adequada divulgação. Como resultado desse trabalho, reapresentamos, a seguir, o Balanço Energético dos últimos 5 anos:

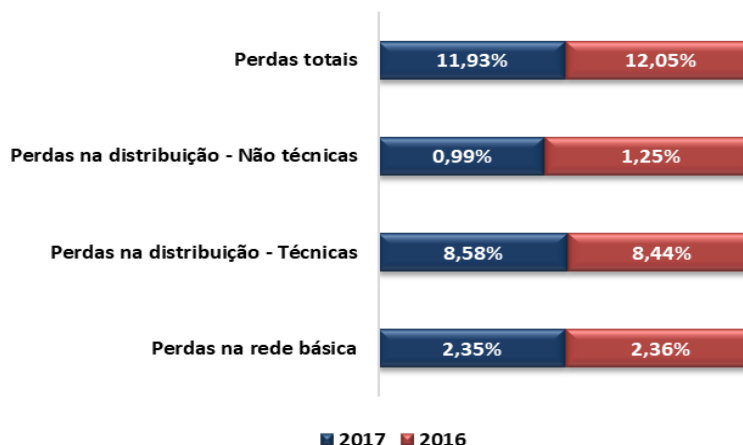
Balanço energético

Energia requerida	Balanço energético - GWh				
	2017	2016	2015	2014	2013
Venda de energia	482,091	521,910	561,033	524,522	497,072
- Fornecimento	482,091	521,910	561,033	524,522	497,072
Consumidores livres	16,471	3,960	0,000	0,000	0,000
Mercado atendido	498,562	525,870	561,033	524,522	497,072
Perdas na rede básica	13,347	14,151	0,000	0,000	0,000
Perdas na distribuição	54,209	57,909	73,605	71,110	54,848
- Perdas técnicas	48,588	50,463	54,262	50,926	47,189
- Perdas não técnicas - PNT	5,621	7,446	19,343	20,184	7,659
PNT / Energia requerida %	0,99%	1,25%	3,05%	3,39%	1,39%
Perdas totais - PT	67,556	72,060	73,605	71,110	54,848
PT / Energia requerida %	11,93%	12,05%	11,60%	11,94%	9,94%
Total	566,118	597,930	634,638	595,632	551,920

7.4 Perdas

As perdas totais em 2017 foram de 11,93%, redução de 0,12 p.p. em relação a 2016 (12,05%). As perdas técnicas aumentaram 0,14 p.p., passando de 8,44% em 2016 para 8,58% em 2017. Já as perdas não técnicas reduziram 0,26 p.p., passando de 1,25% em 2016 para 0,99% em 2017.

Perdas técnicas e não técnicas



8. Gestão socioambiental

8.1 Meio ambiente

O trabalho de educação ambiental promovido pela Santa Maria perpetuou em 2017. A Companhia, em parceria com uma empresa especializada em serviços ambientais, realizou ações do programa de educação ambiental da PCH Cachoeira do Oito, em São Gabriel da Palha. O programa teve por objetivo levar informações de cunho socioambiental aos funcionários e moradores da região.

O programa contou com a realização de ações didáticas orientativas aos funcionários da usina, com palestra, treinamento individual e vivência dos conteúdos teóricos na própria PCH sobre gestão ambiental da atividade. Os temas do treinamento foram: sensibilidade ambiental aplicada à área de influência da atividade; conceitos ambientais; noções sobre consumo de energia; recursos hídricos; gestão de resíduos sólidos e desenvolvimento sustentável; noções sobre as principais legislações ambientais brasileiras aplicáveis; impactos potenciais ao ambiente decorrentes da atividade de geração de energia elétrica.

Foi realizada também a oficina na escola, com o tema “O olhar da permacultura sobre a conservação do solo e dos recursos hídricos”, trabalhada por meio de palestra e dinâmica educativa, buscando assim atingir a temática de boas práticas de uso e conservação do solo e dos recursos hídricos.

O conceito de permacultura está ligado diretamente à sustentabilidade e no modo de vida integrado à natureza e não contra a natureza. A atividade teve uma abertura realizada pelas coordenadoras do Projeto "Deixe a Terra Florescer", apresentando à comunidade e aos parceiros as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, seguido com a exibição do documentário "Plantadores de Água: o futuro se planta hoje".

O fechamento foi realizado com um coffee break e a doação de aproximadamente 50 mudas de árvores. Ao todo, 41 pessoas participaram das oficinas, entre pais, moradores, agricultores do entorno da PCH Cachoeira da Onça e parceiros do projeto desenvolvido pela escola.

8.2 Comunidades

A Santa Maria vem continuamente aprimorando a sua forma de agir como um agente de desenvolvimento social, econômico e ambiental junto à comunidade. Para a Companhia, o crescimento só é sustentável quando se estende para além de suas fronteiras e beneficia também a comunidade externa. Os projetos e ações apoiados estão sintonizados com os nossos valores corporativos: segurança, qualidade, respeito ao meio ambiente e à comunidade. Destacamos a seguir as principais ações realizadas em 2017:

- a) Patrocínio para o evento comemorativo “60 Anos do Incaper”;
- b) Patrocínio para o tradicional “Carnaval de Colatina”;
- c) Doação de material esportivo aos funcionários para prática de futebol;
- d) Patrocínio para o “XII Campeonato de Futebol 7”;
- e) Doação de prótese de membro superior;
- f) Doação para o projeto literário “Colatina e sua Gente”;
- g) Patrocínio para o “17º Festival de Aeromodelismo de Colatina”;

Resultados de 2017

- h) Patrocínio para o “8º Seminário Inova de Educação”;
- i) Patrocínio para a “Caminhada do Seminarista”;
- j) Patrocínio para os “Jogos da Rede Estudantil”;
- k) Montagem da tradicional árvore de natal no município de Colatina, em parceria com a TV Gazeta Noroeste;
- l) Doação para diversas entidades, dentre elas a Mitra Diocesana de Colatina, o Lions Clube de Colatina e a APAE;
- m) Doação para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

Além disso, as crianças dos projetos “Golaço Mirim” e da “Casa de Acolhida do Bairro Moacyr Brotas”, localizados no município de Colatina, receberam uma surpresa preparada pelos colaboradores da Santa Maria que, com o apoio da Companhia, se reuniram e arrecadaram mais de 100 brinquedos, que foram entregues na semana do Dia das Crianças.

Educar os futuros consumidores também é uma missão da Santa Maria. Com esse objetivo, a empresa produziu uma revista em quadrinhos e um jogo de tabuleiro para distribuição nas escolas públicas dos 11 municípios de sua área de concessão. O projeto, que faz parte do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, foi lançado em agosto durante o Seminário Inova de Educação, patrocinado pela Santa Maria. A ideia de desenvolver a revista em quadrinhos para o relacionamento com o público infantil pretende disseminar boas práticas entre as crianças. O jogo de tabuleiro também contribui para o processo de ensino-aprendizagem dos pequenos. O jogo estimula o conhecimento porque pode despertar curiosidade e um esforço natural de vencer desafios. Assim, torna-se elemento gerador de conhecimento e também de troca de informações entre as crianças e suas famílias.

8.3 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento.

Em um setor dinâmico e de alta tecnologia, que fornece um bem essencial à sociedade, a qualificação do corpo funcional é fundamental. Por isso, a Santa Maria investe continuamente na capacitação, o que permite também atrair e reter os melhores talentos.

Em 2017 foram capacitados 290 colaboradores, totalizando 29 horas/homem de treinamento. Um dos treinamentos, com o tema “+ Energia + Interação, Mais Relacionamento e Produtividade”, foi realizado para todos os colaboradores da Santa Maria e teve assuntos voltados à capacidade de relacionamento interpessoal e de trabalho em equipe, o gerenciamento das próprias emoções e o comprometimento com foco em resultados.

Outro treinamento muito importante que aconteceu no ano de 2017, esse voltado para os líderes da Santa Maria, foi o “+ Energia + Liderança, Mais Energia para Liderar”, onde foram abordados temas como a essência dos líderes de alto desempenho, estratégias inteligentes para delegar de forma produtiva e alavancar resultados, técnicas de comunicação eficaz, entre outros.

Resultados de 2017

Ao final de 2017, a Companhia contava com 290 profissionais (262 homens e 28 mulheres), dos quais 20% possuíam ensino superior completo e 80% ensino fundamental e médio. Ao longo do ano foram registradas 19 admissões e 38 desligamentos.

A Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual, atualizações do plano de benefícios, entre outros temas.

8.4 Saúde e segurança do trabalho

A saúde e segurança do trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender toda legislação vigente, e orientar e treinar seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas, a Companhia promove anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT.

Em 2017 foram promovidas palestras motivacionais e sobre (i) alimentação mais saudável, (ii) saúde do homem, (iii) cuidados com os veículos e (iv) gerenciamento de resíduos.

Além disso, foram promovidas palestras técnicas sobre “Segurança do Trabalho no SEP – Sistema Elétrico de Potência” e “Conscientização do Uso de EPI’s e EPC’s”. Os temas foram voltados aos procedimentos de segurança do trabalho e regras básicas para o eletricitista de distribuição na execução das atividades em redes aéreas de distribuição de energia elétrica, bem como para a importância da utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivo durante os trabalhos realizados no SEP.

A Companhia também patrocinou a participação do responsável pela área de saúde e segurança do trabalho no “9º SENSE – Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico Brasileiro”, promovido pela Fundação COGE.

Adicionalmente, a Santa Maria desenvolve programas de prevenção a doenças. Em 2017, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra gripe H1N1 e contra a Febre Amarela, imunizando mais de 220 colaboradores, além de ter oferecido tratamento dentário por meio da Unidade Móvel Odontológica (“UMO”) a todos os colaboradores que procuraram atendimento.

A Administração.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

1. Balanço patrimonial regulatório – Ativo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> Reapresentado
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.095	38.920
Consumidores	6	33.517	27.264
Concessionárias e permissionárias	7	-	1.213
Tributos compensáveis	8	2.215	2.326
Almoxarifado operacional	9	1.247	1.073
Ativos financeiros setoriais	10	6.414	2.875
Despesas pagas antecipadamente	33	347	330
Outros ativos circulantes	11	522	523
Total do ativo circulante		69.357	74.554
Ativo não circulante			
Tributos compensáveis	8	554	860
Depósitos judiciais e cauções	28	121	93
Outros ativos não circulantes	11	1.057	740
Imobilizado	12	212.464	221.114
Intangível	13	777	859
Total do ativo não circulante		214.973	223.666
Total do ativo		284.330	298.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço patrimonial regulatório – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> Reapresentado
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	14	15.739	14.275
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	3.243	3.987
Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.918	7.175
Tributos	17	9.448	7.445
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	18	9.728	10.071
Encargos setoriais	19	6.249	5.613
Outros passivos circulantes	20	11.863	13.566
Total do passivo circulante		61.188	62.132
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	8.916	12.157
Tributos	17	19.218	18.179
Outros passivos não circulantes	20	523	446
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	21	65.364	68.043
Total do passivo não circulante		94.021	98.825
Total do passivo		155.209	160.957
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	100.000	95.000
Reservas de lucro	22.2	10.994	20.662
Outros resultados abrangentes	22.3	18.127	21.601
Total do patrimônio líquido		129.121	137.263
Total do passivo e do patrimônio líquido		284.330	298.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstração do resultado regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016 Reapresentado
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		157.070	148.639
Energia elétrica de curto prazo		14.762	5.473
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		116.540	140.261
Ativos e passivos financeiros setoriais		6.924	4.527
Serviços cobráveis		488	396
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		45.022	42.323
Total da receita bruta		340.806	341.619
Tributos			
ICMS		(59.739)	(63.303)
PIS-PASEP		(5.631)	(5.652)
Cofins		(25.950)	(26.061)
Total dos tributos		(91.320)	(95.016)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.073)	(1.045)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.073)	(1.045)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(25.588)	(30.781)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(346)	(355)
Outros encargos		(6.862)	(4.807)
Total dos encargos - Parcela "A"		(34.942)	(38.033)
Receita líquida / Ingresso líquido	23	214.544	208.570
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(121.954)	(129.892)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(18.020)	(15.261)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	24	(139.974)	(145.153)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		74.570	63.417
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(25.371)	(21.585)
Material		(2.840)	(2.920)
Serviços de terceiros		(7.733)	(7.301)
Arrendamentos e aluguéis		(1.171)	(1.015)
Seguros		(601)	(557)
Doações, contribuições e subvenções		(87)	(27)
Provisões		(150)	(989)
Perdas na alienação de bens e direitos		(22)	(68)
(-) Recuperação de despesas		383	424
Tributos		(1.457)	(740)
Depreciação e amortização		(10.269)	(10.308)
Gastos diversos		(4.448)	(4.455)
Outras receitas operacionais		2.806	1.925
Outras despesas operacionais		(657)	(5.536)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"	25	(51.617)	(53.152)
Resultado da atividade		22.953	10.265
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(13.563)	(12.206)
Receitas financeiras		9.298	11.242
Total do resultado financeiro	26	(4.265)	(964)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		18.688	9.301
Imposto de renda	27	(2.616)	(2.496)
Contribuição social	27	(1.556)	(1.396)
Participações e contribuições	16.1	(2.880)	(2.280)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	18	7.276	8.536
Resultado líquido do exercício		18.912	11.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstração do resultado abrangente regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido do exercício	18.912	11.665
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação - complemento da BRR do 4CRTP	-	27.779
Efeito dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-	(9.445)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos dos tributos	-	18.334
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos dos tributos	<u>18.912</u>	<u>29.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Demonstração do fluxo de caixa regulatório (Método Direto)**Empresa Luz e Força Santa Maria S/A****CNPJ nº 27.485.069/0001-09****Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Arrecadação	292.586	313.606
Recebimentos do fundo da CDE	43.501	63.520
Recebimentos da CCRBT	781	414
Fornecedores	(160.272)	(177.529)
Salários e encargos sociais	(20.365)	(16.158)
Impostos e contribuições	(84.254)	(87.730)
Encargos setoriais	(31.236)	(33.059)
Repasse da CIP e outros	(16.616)	(15.513)
Outros recebimentos (pagamentos)	(1.414)	570
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	22.711	48.121
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Alienações de bens e direitos	310	274
Aplicações em bens e direitos	(6.291)	(5.115)
Recursos líquidos provenientes da atividade de investimento	(5.981)	(4.841)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Serviço da dívida (principal e encargos)	(4.732)	(4.860)
Dividendos, participações estatutárias e juros sobre o capital próprio	(25.823)	(28.522)
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	(30.555)	(33.382)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(13.825)	9.898
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	38.920	29.022
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	25.095	38.920
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(13.825)	9.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados de 2017

6. Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	95.000	3.003	10.627	17.557	6.446	-	132.633
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.758	13.758
Outros resultados abrangentes:							
Reserva de reavaliação - complemento da BRR do 4CRTP	-	-	-	-	27.779	-	27.779
Efeito dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-	-	-	-	(9.445)	-	(9.445)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.816)	4.816	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.637	(1.637)	-
Ajuste no saldo de tributos incidentes sobre reavaliação de elementos do ativo	-	-	-	-	-	8.515	8.515
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.958	-	-	-	(1.958)	-
Constituição de reserva legal	-	-	801	-	-	(801)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.933	-	(9.933)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(13.139)	-	(12.760)	(25.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Apresentado	95.000	4.961	11.428	14.351	21.601	-	147.341
Ajuste de exercícios anteriores (Nota explicativa 2.4.3)	-	-	(10.057)	(21)	-	-	(10.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	95.000	4.961	1.371	14.330	21.601	-	137.263
Redução de capital social decorrente do processo de desverticalização	(1.441)	-	-	-	-	-	(1.441)
Aumento de capital social	6.441	(4.587)	-	(1.854)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(4.757)	4.757	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.618	(1.618)	-
Baixa decorrente do processo de desverticalização	-	-	-	-	(335)	-	(335)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.912	18.912
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.198	-	-	-	(2.198)	-
Constituição de reserva legal	-	-	981	-	-	(981)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.070	-	(6.070)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(12.476)	-	(12.802)	(25.278)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	2.572	2.352	6.070	18.127	-	129.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A principal atividade operacional da Companhia é a distribuição de energia elétrica, atendendo a mais de 110 mil consumidores em 11 municípios do estado do Espírito Santo.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo governo federal, que atua por meio do Ministério de Minas e Energia – MME. A política regulatória para o setor é implementada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL. Em 09 de dezembro de 2015, a Santa Maria e a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, em que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, ou seja, a vigência do contrato é até 7 de julho de 2045.

As obrigações e encargos da distribuidora previstos no referido contrato de concessão são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações;

II – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão, zelando por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro;

III – prestar contas à ANEEL da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, na periodicidade e forma previstas nas normas setoriais;

IV – observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas consequências de seu eventual descumprimento;

Resultados de 2017

V – assegurar aos interessados, na forma da lei e regulamentação, o livre acesso às suas Redes, consoante as condições gerais de acesso e as tarifas estabelecidas pela ANEEL;

VI – participar, quando for o caso, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, nas condições previstas pelo Estatuto do ONS e pela Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, submetendo-se às regras e procedimentos emanados destas Entidades;

VII – manter seu acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII – instalar, por sua conta, os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço, inclusive aqueles solicitados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico;

IX – adotar as soluções decorrentes do planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional – SIN, especialmente aquelas relacionadas aos Sistemas Especiais de Proteção – SEP;

X – realizar, em conjunto com as Transmissoras, os estudos e os ajustes necessários ao funcionamento adequado dos Sistemas de Proteção nas Fronteiras com a Rede Básica do SIN;

XI – compartilhar infraestrutura com outros Prestadores de Serviço Público, observando as condições de segurança, o tratamento isonômico e buscando a redução de custos;

XII – prestar contas aos usuários, periodicamente, da Gestão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica concedido, nos termos estabelecidos pela regulação da ANEEL;

XIII – submeter à anuência prévia da ANEEL, na forma e condições previstas nas normas setoriais:

a) a alienação, cessão, concessão, transferência, dação em garantia ou desvinculação de Ativos vinculados ao Serviço Público Outorgado; e

b) a transferência de Concessão ou do Controle Societário;

XIV – comprometer-se com a redução de perdas elétricas, conforme regulação da ANEEL, sujeitando-se, inclusive, a sanções pelo seu descumprimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em

Resultados de 2017

certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 02 de março de 2018.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando requerido nas normas.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados e incluem: (a) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados; (b) avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; (c) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa; e (d) valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros.

2.4 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação do balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração dos outros resultados abrangentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente aprovadas pela administração em 10 de março de 2017. As reapresentações efetuadas alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício e foram tratadas no exercício

Resultados de 2017

2017 de acordo com a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme segue:

Balço patrimonial	2016		
	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.920	-	38.920
Consumidores	27.294	-	27.294
Concessionárias e permissionárias	1.213	-	1.213
Tributos compensáveis	1.191	1.135	2.326
Almoxarifado operacional	1.073	-	1.073
Ativos financeiros setoriais	2.875	-	2.875
Despesas pagas antecipadamente	330	-	330
Outros ativos circulantes	523	-	523
Total do ativo circulante	73.419	1.135	74.554
Ativo não circulante			
Tributos compensáveis	860	-	860
Depósitos judiciais e cauções	93	-	93
Outros ativos não circulantes	740	-	740
Imobilizado	221.114	-	221.114
Intangível	859	-	859
Total do ativo não circulante	223.666	-	223.666
Total do ativo	297.085	1.135	298.220
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	14.275	-	14.275
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.987	-	3.987
Obrigações sociais e trabalhistas	3.649	3.526	7.175
Tributos	6.809	636	7.445
Dividendos declarados e juros s/ o capital próprio	10.071	-	10.071
Encargos setoriais	5.613	-	5.613
Outros passivos circulantes	13.566	-	13.566
Total do passivo circulante	57.970	4.162	62.132
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.157	-	12.157
Tributos	11.128	7.051	18.179
Outros passivos não circulantes	446	-	446
Obrig. vinc. à conc. do serv. púb. energia elétrica	68.043	-	68.043
Total do passivo não circulante	91.774	7.051	98.825
Total do passivo	149.744	11.213	160.957
Patrimônio líquido			
Capital social	95.000	-	95.000
Reservas de lucro	30.740	(10.078)	20.662
Outros resultados abrangentes	21.601	-	21.601
Total do patrimônio líquido	147.341	(10.078)	137.263
Total do passivo e do patrimônio líquido	297.085	1.135	298.220

Resultados de 2017

Demonstração do resultado do exercício

	2016		
	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica	148.639	-	148.639
Energia elétrica de curto prazo	5.473	-	5.473
Disp. do sistema de transmissão e distribuição	140.261	-	140.261
Ativos e passivos financeiros setoriais	4.527	-	4.527
Serviços cobráveis	396	-	396
Doações, contrib. e subv. Vinc. ao serviço concedido	42.323	-	42.323
Total da receita bruta	341.619	-	341.619
Tributos			
ICMS	(63.303)	-	(63.303)
PIS-PASEP	(5.562)	(90)	(5.652)
Cofins	(25.619)	(442)	(26.061)
Total dos tributos	(94.484)	(532)	(95.016)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.045)	-	(1.045)
Programa de eficiência energética - PEE	(1.045)	-	(1.045)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(30.781)	-	(30.781)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(355)	-	(355)
Outros encargos	(4.807)	-	(4.807)
Total dos encargos - Parcela "A"	(38.033)	-	(38.033)
Receita líquida / Ingresso líquido	209.102	(532)	208.570
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	(137.784)	7.892	(129.892)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(7.369)	(7.892)	(15.261)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(145.153)	-	(145.153)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	63.949	(532)	63.417
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	(21.585)	-	(21.585)
Material	(2.920)	-	(2.920)
Serviços de terceiros	(7.301)	-	(7.301)
Arrendamentos e aluguéis	(1.015)	-	(1.015)
Seguros	(557)	-	(557)
Doações, contribuições e subvenções	(27)	-	(27)
Provisões	(989)	-	(989)
Perdas na alienação de bens e direitos	(68)	-	(68)
(-) Recuperação de despesas	424	-	424
Tributos	(740)	-	(740)
Depreciação e amortização	(10.308)	-	(10.308)
Gastos diversos	(4.455)	-	(4.455)
Outras receitas operacionais	1.925	-	1.925
Outras despesas operacionais	(5.536)	-	(5.536)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"	(53.152)	-	(53.152)
Resultado da atividade	10.797	(532)	10.265
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(12.206)	-	(12.206)
Receitas financeiras	11.242	-	11.242
Total do resultado financeiro	(964)	-	(964)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	9.833	(532)	9.301
Imposto de renda	(1.837)	(659)	(2.496)
Contribuição social	(993)	(403)	(1.396)
Participações e contribuições	(1.781)	(499)	(2.280)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	8.536	-	8.536
Resultado líquido do exercício	13.758	(2.093)	11.665

Resultados de 2017

Demonstração do resultado abrangente	2016		
	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	13.758	(2.093)	11.665
Outros resultados abrangentes			
Reserva de reavaliação - complemento da BRR do 4CRTP	27.779	-	27.779
Efeito dos tributos sobre a reserva de reavaliação	(9.445)	-	(9.445)
Outros resultados abrangentes do exercício líquidos	18.334	-	18.334
Resultados abrangentes do exercício líquidos dos tributos	32.092	(2.093)	29.999

A reapresentação do exercício de 2016 é decorrente dos seguintes eventos:

2.4.1 Reconhecimento pelo regime de competência dos tributos incidentes sobre os ativos e passivos financeiros setoriais

A partir de dezembro de 2014 a Companhia passou a reconhecer em suas demonstrações financeiras os montantes relativos aos ativos e passivos financeiros setoriais e realizou até o exercício 2016, suportado pela solução de consulta COSIT nº 26/02, a tributação da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” (CVA) pelo regime de caixa. Esse critério de tributação entendia o repasse da tarifa, por meio de revisões tarifárias ou ajustes anuais, como sendo o fato gerador para a tributação do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Entretanto, em junho de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, através da emissão da solução de consulta COSIT nº 101/16, afirmou que as receitas reconhecidas em contrapartida aos valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” (CVA) integram a base de cálculo dos tributos por ela administrados, e devem ser oferecidas à tributação no período de apuração em que forem verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil da concessionária, observando o regime de competência. Embora a solução de consulta tenha sido emitida no exercício 2016, a Companhia, após discussões com seus assessores jurídicos, optou num primeiro momento por manter a tributação pelo regime anterior. Contudo, após a criação do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017 (nota explicativa nº 17), e após o setor elétrico, de uma maneira geral, ter acatado a nova forma de tributação instituída pelo COSIT nº 101/16, a Companhia optou por realizar a reapuração de seus tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) desde o reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, dezembro de 2014, e aderir ao parcelamento. Considerando que o período impactado por essa mudança de critério compreende mais de um exercício, realizamos a reapresentação dos saldos do exercício 2016 já alterados pelos efeitos deste novo método de apuração.

2.4.2 Reconhecimento dos encargos sobre participação dos administradores

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não tinha por prática realizar o reconhecimento das despesas referentes ao INSS e FGTS sobre a participação dos administradores. Contudo, a partir de decisões recentes favoráveis ao fisco e, consequentemente, ao recolhimento desses encargos, e considerando a criação do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, introduzido em 2017 (nota explicativa nº 17), a Companhia optou por realizar o parcelamento dos

Resultados de 2017

valores que se encontravam em discussão administrativa, uma vez que o programa proporcionou condições especiais para a negociação de dívidas, bem como por realizar o recolhimento espontâneo dos valores que ainda não haviam sido objeto de fiscalização. Considerando que o período impactado por essa mudança de critério compreende mais de um exercício, realizamos a reapresentação dos saldos do exercício 2016 já alterados pelos efeitos do reconhecimento desses encargos (nota explicativa nº 16).

2.4.3 Reflexo no Patrimônio Líquido das reapresentações nas demonstrações financeiras do exercício de 2016

	Capital social	Reservas de lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Apresentado	95.000	4.961	11.428	14.351	21.601	-	147.341
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(10.057)	(21)	-	-	(10.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	95.000	4.961	1.371	14.330	21.601	-	137.263

Conforme NE 2.4.1 e 2.4.2 a decisão da Companhia em mudar o critério de apuração dos tributos incidentes sobre os ativos e passivos financeiros setoriais, bem como efetuar o reconhecimento dos encargos sobre a participação dos administradores foi diretamente facilitado pela criação do PERT em 2017, sendo à adesão ao programa realizado pela Companhia em outubro de 2017. Os efeitos dos ajustes decorrentes dos eventos acima mencionados impactaram o Patrimônio Líquido da Companhia em R\$ 10.078, sendo R\$ 21 absorvidos pela totalidade da reserva de lucros acumulados naquela data e R\$ 10.057 absorvidos pela reserva legal, nesta ordem, em consonância ao Art. 189 da Lei 6.404/1976.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (nota explicativa nº 5).

b) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, concessionárias e permissionárias e ativos financeiros setoriais. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures e dividendos declarados e juros sobre o capital próprio (nota explicativa nº 30).

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, os valores faturados a consumidores finais e a receita referente à energia consumida e não faturada. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída com base nos critérios estabelecidos na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (nota explicativa nº 6).

e) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (nota explicativa nº 10).

f) Ativo imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

Resultados de 2017

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício (nota explicativa nº 12).

g) Ativo imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros (nota explicativa nº 12).

h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível (nota explicativa nº 13).

i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente (nota explicativa nº 21).

j) Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL (nota explicativa nº 22.3).

k) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

l) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Resultados de 2017

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, que vigeu até 8 de dezembro de 2015, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

m) Fornecedores

Inclui os saldos a pagar relativos ao suprimento de energia elétrica, aos encargos de uso da rede elétrica e as aquisições de materiais e serviços de terceiros.

n) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

o) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia optou pelas alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (Conversão da MP 627/2013) desde o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014.

Embora os ativos e os passivos fiscais sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal contra um passivo fiscal quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Adicionalmente, em 06 de outubro de 2009, a Companhia obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE o Laudo Constitutivo nº 0107/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil – RFB com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

r) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados, bem como o valor da receita operacional possam ser mensurados de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

s) Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar. Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

Resultados de 2017

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

4. Reajuste tarifário anual de 2017

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.287, de 15 de agosto de 2017, a ANEEL homologou o índice final do reajuste tarifário anual da Companhia de 16,48% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores), aplicado na tarifa a partir de 22 de agosto de 2017, com vigência até 21 de agosto de 2018. O índice é composto por reajuste econômico de 9,86% e componente financeiro de 6,62%. São destacados a seguir os itens e seu efeito tarifário que compuseram o reajuste tarifário anual de 2017:

Reajuste Tarifário Anual de 2017		
Parcela A	Encargos setoriais	-1,54%
	Custos de transmissão	6,94%
	Custos de aquisição de energia	4,06%
	Receita Irrecuperável	0,08%
Total da Parcela A		9,54%
Total da Parcela B		0,32%
Índice de Reposicionamento Tarifário		9,86%
Efeito dos itens financeiros - Processo atual		4,30%
Efeito da retirada dos itens financeiros - Processo anterior		4,42%
Variação dos subsídios		-2,10%
Efeito Total dos Itens Financeiros		6,62%
Reajuste Total Médio das Tarifas		16,48%

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição financeira	2017	2016
Banestes S/A	505	459
Bradesco	5	-
Caixa Econômica Federal	11.969	30.579
SICOOB	167	143
Banco Santander Brasil S/A	9.713	6.097
Subtotal	22.359	37.278
Caixa e bancos conta movimento	2.736	1.642
Total	25.095	38.920

Resultados de 2017

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósito Bancário – CDB, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A remuneração média das aplicações em 31 de dezembro de 2017 é de 99% do CDI (101% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

6. Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes			Valores renegociados		2017	2016
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD		
Fornecimento faturado ⁽¹⁾							
Residencial	5.842	3.614	(280)	100	(47)	9.229	7.281
Comercial, serviços e outros	3.794	1.736	(417)	832	(43)	5.902	4.320
Industrial	4.092	2.474	(532)	383	(128)	6.289	5.783
Rural	998	1.843	(102)	64	(19)	2.784	1.985
Poder Público	787	33	(8)	4	-	816	819
Iluminação Pública	885	57	(40)	-	-	902	760
Serviço Público	671	1	-	-	-	672	566
Subtotal	17.069	9.758	(1.379)	1.383	(237)	26.594	21.514
Fornecimento não faturado	6.805	-	-	-	-	6.805	5.687
Serviços cobráveis	55	-	-	-	-	55	46
Participação financeira	79	-	(18)	-	-	61	45
Encargos tarifários	2	-	-	-	-	2	2
Total	24.010	9.758	(1.397)	1.383	(237)	33.517	27.294

⁽¹⁾ Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Classe de consumo	Valores Vincendos				Valores vencidos		2017	2016
	Até 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PCLD ⁽²⁾		
Residencial	5.842	3.334	52	28	200	(280)	9.176	7.225
Comercial, serviços e outros	3.794	1.231	88	78	339	(417)	5.113	4.259
Industrial	4.092	1.695	12	235	532	(532)	6.034	5.505
Rural	998	1.638	83	21	102	(102)	2.740	1.911
Poder Público	787	24	-	-	8	(8)	811	815
Iluminação Pública	885	17	-	-	40	(40)	902	760
Serviço Público	671	1	-	-	-	-	672	566
Total	17.069	7.940	235	362	1.221	(1.379)	25.448	21.041

⁽¹⁾ Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

⁽²⁾ Os valores relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD foram apropriados em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

Resultados de 2017

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi realizada uma análise criteriosa do saldo de consumidores, sendo o valor constituído considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Movimentação	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(896)
Adições	(1.143)
Baixas	303
Reversões	187
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.549)
Adições	(277)
Baixas	240
Reversões	207
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.379)

7. Concessionárias e permissionárias

Refere-se ao crédito a receber proveniente da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2017. No decorrer do exercício de 2017, todo o saldo pendente de recebimento foi liquidado pela CCEE, conforme movimentação descrita a seguir:

Movimentação	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.213
Contabilizações realizadas no exercício	764
Recontabilizações realizadas no exercício	1.833
Montante liquidado pela CCEE	(7.710)
Montante liquidado à CCEE	3.900
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-

8. Tributos compensáveis

Tributos compensáveis	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ (a)	892	1.428	-	-
CSLL (a)	306	238	-	-
PIS (a)	100	65	-	-
COFINS (a)	448	290	-	-
ICMS (b)	450	287	554	860
Outros	19	18	-	-
Total	2.215	2.326	554	860

Resultados de 2017

- (a) Referem-se aos créditos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais anteriormente tributados pelo regime de caixa, conforme solução de consulta COSIT nº 26/02, e agora tributados pelo regime de competência, em consonância ao entendimento emitido através da solução de consulta COSIT nº 101/2016 (nota explicativa nº 2.4.1). O crédito com CSLL é composto ainda por R\$ 82 referentes ao saldo negativo apurado no exercício 2016.
- (b) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. Os valores com compensação estimada para o término do exercício social seguinte estão classificados como não circulante.

9. Almoxarifado operacional

O saldo de R\$ 1.247 (R\$ 1.073 em 2016) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição.

10. Ativos financeiros setoriais líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2017	2016
Saldos iniciais	2.875	6.610
Constituição	4.430	4.782
Amortização	2.462	(3.777)
Remuneração financeira setorial	(11)	319
Recebimento CCRBT	(3.342)	(5.059)
Saldos finais	6.414	2.875

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Saldos em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento CCRBT	Saldos em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar
Ativos financeiros setoriais - R\$									
CVA ativa	14.462	22.009	(13.301)	1.918	-	22.107	7.842	13.371	894
Aquisição de energia - CVAenerg	8.079	19.458	(7.713)	1.682	(2.629)	18.877	5.778	12.708	391
Proinfa	766	23	(740)	34	-	83	79	-	4
Transporte rede básica	252	653	(212)	62	-	755	233	506	16
Transporte itaipu	-	152	(19)	14	-	147	33	114	-
ESS	2.005	794	(899)	(38)	(352)	1.510	1.086	-	424
CDE	3.360	929	(3.718)	164	-	735	633	43	59
Demais ativos financeiros setoriais	8.787	7.198	(5.688)	399	-	10.335	6.631	3.704	-
Neutralidade da parcela A	3.494	3.600	(2.955)	293	-	4.432	3.379	1.053	-
Sobrecontratação de Energia	5.293	3.598	(2.733)	106	(361)	5.903	3.252	2.651	-
Total dos ativos financeiros setoriais	23.249	29.207	(18.989)	2.317	(3.342)	32.442	14.473	17.075	894

Resultados de 2017

Passivos financeiros setoriais - R\$	Saldos em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento CCRBT	Saldos em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição	Valores em saldo a compensar
CVA passiva	17.297	18.140	(18.475)	1.914	-	18.876	9.568	8.857	451
Aquisição de energia - CVAenerg	9.114	438	(8.943)	224	-	833	724	-	109
Proinfa	1	258	(94)	28	-	193	165	18	10
Transporte rede básica	62	45	(62)	4	-	49	-	45	4
ESS	1.434	13.706	(3.168)	1.309	-	13.281	5.592	7.520	169
CDE	6.686	3.693	(6.208)	349	-	4.520	3.087	1.274	159
Demais passivos financeiros setoriais	3.077	6.637	(2.976)	414	-	7.152	2.589	4.563	-
Neutralidade da parcela A	1.324	189	(1.324)	-	-	189	-	189	-
Sobrecontratação de Energia	476	5.216	(1.652)	236	-	4.276	2.589	1.687	-
Ultrapassagem de Demanda	368	313	-	50	-	731	-	731	-
Excedente de Reativos	909	919	-	128	-	1.956	-	1.956	-
Total dos passivos financeiros setoriais	20.374	24.777	(21.451)	2.328	-	26.028	12.157	13.420	451

O saldo de CVA se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias que em 2017 tiveram a seguinte movimentação:

Movimentação	2017	2016
Faturamento bandeiras tarifárias (a)	6.862	4.807
Repasse à CCRBT	(4.267)	(111)
Repasse pela CCRBT	781	414
Recursos de bandeiras em poder da Companhia	3.376	5.110
Dedução de P&D	(34)	(51)
Recursos oriundos de bandeiras deduzidos da CVA	3.342	5.059

- (a) A partir de 1º de janeiro de 2015, com o objetivo de sinalizar aos consumidores a respeito dos custos da geração de energia elétrica de cada mês, entrou em vigor por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547 de 16 de abril de 2013, o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Esse sistema dividiu os custos de geração de energia em 3 categorias: verde, amarela e vermelha. A bandeira verde indica que os custos para a geração de energia estão no patamar normal, não sendo necessário nenhum acréscimo no valor das tarifas de energia. Já as bandeiras pertencentes à categoria amarela e vermelha sinalizam que o custo de geração de energia está maior, sendo aplicado um adicional ao valor da tarifa de energia. Para gerir os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias foi criada, conforme determinado pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

11. Outros ativos

Composição	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Crédito com empregados	229	202	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	62	84	-	-
Arrecadação da CIP	34	60	-	-
Convênios de arrecadação	193	162	-	-
Depósitos para reinvestimento (a)	-	-	1.057	740
Outros	4	15	-	-
Total	522	523	1.057	740

Resultados de 2017

- (a) Referem-se aos depósitos realizados junto ao Banco do Nordeste S/A com recursos provenientes do direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE, conforme Laudo Constitutivo nº 0107/2009. A atualização financeira dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica de passivo não circulante (nota explicativa nº 20).

12. Ativo imobilizado

12.1 Composição e movimentação do imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2017	Amortização Acumulada em 31/12/2017	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2017
Geração	13.970	-	(13.970)	-	-	-	(13.970)	-	-	1.952	-	-	-
Terrenos	456	-	(456)	-	-	-	(456)	-	-	456	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.598	-	(7.598)	-	-	-	(7.598)	-	-	506	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.719	-	(1.719)	-	-	-	(1.719)	-	-	3	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.197	-	(4.197)	-	-	-	(4.197)	-	-	987	-	-	-
Distribuição	399.539	-	(3.819)	6.275	-	401.995	2.456	(200.417)	201.578	210.294	98.039	(32.675)	65.364
Terrenos	953	-	-	-	-	953	-	-	953	953	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.064	-	-	-	-	5.064	-	(2.060)	3.004	3.160	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	386.042	-	(3.462)	5.678	-	388.258	2.216	(192.401)	195.857	204.367	98.039	(32.675)	65.364
Veículos	7.480	-	(357)	597	-	7.720	240	(5.956)	1.764	1.814	-	-	-
Administração	14.135	-	(466)	423	-	14.092	(43)	(11.188)	2.904	3.088	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	461	-	-	-	-	461	-	(273)	188	199	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.976	-	-	84	-	5.060	84	(4.413)	647	820	-	-	-
Veículos	2.098	-	(466)	336	-	1.968	(130)	(1.212)	756	567	-	-	-
Móveis e Utensílios	6.600	-	-	3	-	6.603	3	(5.290)	1.313	1.502	-	-	-
Subtotal	427.644	-	(18.255)	6.698	-	416.087	(11.557)	(211.605)	204.482	215.334	98.039	(32.675)	65.364

Ativo Imobilizado em Curso - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2017	Amortização Acumulada em 31/12/2017	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2017
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	5.742	8.515	-	(6.275)	-	7.982	2.240	-	7.982	5.742	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.182	7.440	-	(5.678)	-	2.944	1.762	-	2.944	1.182	-	-	-
Outros	4.560	1.075	-	(597)	-	5.038	478	-	5.038	4.560	-	-	-
Administração	38	385	-	(423)	-	-	(38)	-	-	38	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	38	46	-	(84)	-	-	(38)	-	-	38	-	-	-
Outros	-	339	-	(339)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	5.780	8.900	-	(6.698)	-	7.982	2.202	-	7.982	5.780	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	433.424	8.900	(18.255)	-	-	424.069	(9.355)	(211.605)	212.464	221.114	98.039	(32.675)	65.364

12.2 Desverticalização dos ativos da atividade de geração

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Lei nº 9.074/95 - incisos que acompanham o § 5º do Art. 4º - com redação dada pela Lei nº 10.848/04, determina que as concessionárias de Distribuição de energia elétrica, com mercado superior a 500 GWh (considerando o § 5º do Art. 4º da Lei 9.074/95), não mais poderão exercer as atividades de

Resultados de 2017

Geração e Transmissão, tampouco participar no capital de outras sociedades, configurando a obrigação legal de promover a denominada “Desverticalização”. Por esse motivo foi constituída, no mês de abril de 2016, a Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A (“SMGTE”) com a finalidade de receber os ativos da atividade de geração de energia elétrica da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“ELFSM”).

A desverticalização foi realizada com base no laudo de avaliação do patrimônio emitido em março de 2017, por empresa especializada e independente, baseado nas demonstrações contábeis societárias do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os montantes transferidos nessa operação representam o acervo líquido da atividade de geração de energia elétrica transferido à SMGTE por meio de aporte de capital com a consequente redução do capital da ELFSM e o cancelamento das ações ordinárias e preferenciais nominativas em montante equivalente ao acervo líquido da atividade de geração transferido a valor patrimonial contábil, bem como a entrega e transferência das ações de emissão da SMGTE, de propriedade da ELFSM, em pagamento aos acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social. Os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias decorrentes da desverticalização estão demonstrados a seguir:

	Antes da Desverticalização	Transferência da Geração	Após a Desverticalização
	31/12/2016	Em 2017	Em 2017
Ativo circulante	73.419	-	73.419
Ativo não circulante (a)	223.666	(1.776)	221.890
Total do ativo (*)	297.085	(1.776)	295.309
Passivo circulante	57.970	-	57.970
Passivo não circulante	91.774	-	91.774
Patrimônio líquido	147.341	(1.776)	145.565
Total do passivo + Patrimônio líquido (*)	297.085	(1.776)	295.309

(a) Do montante transferido R\$ 1.441 se refere à transferência do valor original contábil dos bens relacionados à atividade de geração à SMGTE, em contrapartida à redução do capital social da ELFSM (nota explicativa nº 22.1). Adicionalmente, foram baixados R\$ 335 referentes à diferença do valor novo de reposição, decorrente da reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, presente apenas na contabilidade regulatória, em montante equivalente ao acervo líquido da atividade de geração em contrapartida a rubrica reserva de reavaliação (nota explicativa nº 22.3), registrado na contabilidade em março de 2017, impactados pelos efeitos ocorridos entre a data de registro e a data-base utilizada para realização do laudo, 31 de dezembro de 2016.

(*) Com base em 31 de dezembro de 2016, antes da reapresentação, conforme nota explicativa 2.4.

Resultados de 2017

12.3 Composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	386.042	-	(3.462)	5.678	-	388.258	2.216
Transformação de Distribuição	88.622	-	(1.354)	1.641	-	88.909	287
Medidor	27.505	-	(983)	978	-	27.500	(5)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (< 2,3 kV a 44 kV)	184.026	-	(1.125)	2.956	-	185.857	1.831
Redes Alta Tensão (69 kV)	11.823	-	-	-	-	11.823	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	11.166	-	-	-	-	11.166	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	28.930	-	-	58	-	28.988	58
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	33.924	-	-	31	-	33.955	31
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	46	-	-	14	-	60	14
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(97.115)	(941)	17	-	-	(98.039)	(924)
Participação da União, Estados e Municípios	(39.788)	(19)	-	-	-	(39.807)	(19)
Participação Financeira do Consumidor	(52.797)	(922)	-	-	-	(53.719)	(922)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(17)	-	17	-	-	-	17
Outros	(4.513)	-	-	-	-	(4.513)	-
Ultrapassagem de Demanda	(1.428)	-	-	-	-	(1.428)	-
Excedente de Reativos	(2.935)	-	-	-	-	(2.935)	-
Diferença das Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(150)	-	-	-	-	(150)	-

12.4 Adições e baixas ao ativo imobilizado em serviço

As dez principais adições, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	em R\$
1	Poste de Concreto DT 11/300	534
2	Cabo Alumínio CAA No 2 AWG	417
3	Transformador Monofasico 15kVA-25kV	254
4	Transformador Monofasico 10kVA-25kV	213
5	Transformador monofásico 37,5 KVA-25 KV	211
6	Religador Trifásico 24KV 12,5KA	199
7	Medidor Eletrônico 2 El. 3F 120V-15/120A	195
8	Poste de Concreto DT 11/200	171
9	Cabo Alumínio CAA No 4 AWG	165
10	Transformador Trifasico 45kVA-25kV	160

Resultados de 2017

As dez principais baixas, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

	Descrição do bem	em R\$
1	Barragem, Concreto, 77,00M, 4,10M, 5,00M, 2,00M	3.178
2	Turbina Hidraulica Tipo Francis, 273,00KVA, 900,00RPM, 23,31M, 0,88	1.758
3	Canal de Aducao, Simples, 2,00M, 465M	1.064
4	Conduto Forcado, PRFV, 279,66M, 0,50M	812
5	Barragem, Concreto, 42,00M, 5,00M, 5,00M, 2,00M	430
6	Gerador, 500V, 300,00KVA, 750,00RPM, 0,80, 0,90	336
7	Turbina Hidraulica Tipo Francis, 825,00KVA, 500,00RPM, 23,00M, 0,80	276
8	Transformador de Corrente	96
9	Disjuntor	92
10	Cubiculo, Protecao	88

As baixas relacionadas acima são decorrentes da conclusão do processo de desverticalização realizado nos moldes da Lei nº 9.074/95 com redação dada pela Lei nº 10.848/04 que veda às concessionárias de distribuição de energia elétrica com mercado superior a 500 GWh/ano de exercer atividades de geração e transmissão, tampouco participar no capital de outras sociedades. Desse modo, em março de 2017, ocorreu a transferência do acervo líquido da atividade de geração de energia elétrica da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (ELFSM) à Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A (SMGTE).

12.5 Taxas de depreciação

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

		2017			2016
Ativo Imobilizado - R\$	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		-	-	-	1.952
Custo Histórico		-	-	-	1.447
Reavaliação		-	-	-	505
Distribuição	3,81%	401.995	(200.417)	201.578	210.294
Custo Histórico		222.223	(84.757)	137.466	139.680
Reavaliação		179.772	(115.660)	64.112	70.614
Administração	9,55%	14.092	(11.188)	2.904	3.088
Custo Histórico		7.724	(5.286)	2.438	2.443
Reavaliação		6.368	(5.902)	466	645
		416.087	(211.605)	204.482	215.334
Em Curso					
Distribuição		7.982	-	7.982	5.742
Administração		-	-	-	38
		7.982	-	7.982	5.780
		424.069	(211.605)	212.464	221.114

Resultados de 2017

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema - Poste	3,57%
Estrutura do sistema - Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%

13. Ativo intangível

A composição e movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Distribuição	584	-	-	-	-	584	-	-	584	584
Servidões	584	-	-	-	-	584	-	-	584	584
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	3.649	-	-	31	-	3.680	31	(3.487)	193	275
Softwares	3.632	-	-	31	-	3.663	31	(3.470)	193	275
Outros	17	-	-	-	-	17	-	(17)	-	-
Total do Ativo Intangível	4.233	-	-	31	-	4.264	31	(3.487)	777	859

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Administração	-	31	-	(31)	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	31	-	(31)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	31	-	(31)	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	4.233	31	-	-	-	4.264	31	(3.487)	777	859

Resultados de 2017

As taxas anuais médias de amortização do ativo intangível são as seguintes:

		2017			2016
Ativo Intangível - R\$	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		584	-	584	584
Custo Histórico		345	-	345	345
Reavaliação		239	-	239	239
Administração	18,98%	3.680	(3.487)	193	275
Custo Histórico		1.985	(1.814)	171	237
Reavaliação		1.685	(1.673)	22	38
		4.264	(3.487)	777	859

14. Fornecedores

Composição	2017	2016
Suprimento de energia elétrica (a)	11.986	13.461
Encargos de uso da Rede Básica (b)	2.976	478
Materiais e serviços (c)	777	336
Total	15.739	14.275

(a) Inclui a compra de energia elétrica para revenda e o Proinfra.

(b) Refere-se ao transporte de energia elétrica pela rede básica.

(c) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

15. Empréstimos e financiamentos

Operação	Encargos da dívida (juros)	Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	2017	2016
Moeda nacional					
Eletrobrás - LPT - ECFS 098/2005	24	-	-	-	744
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	90	677	451	1.128	1.805
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	137	679	1.246	1.925	2.604
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	133	550	1.375	1.925	2.474
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	31	101	361	462	562
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	46	234	488	722	956
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	29	212	830	1.042	1.254
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	2	13	53	66	79
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	3	24	95	119	143
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	10	70	287	357	428
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	1	6	24	30	35
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	3	15	75	90	105

Resultados de 2017

Operação	Encargos da dívida (juros)	Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	2017	2016
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	42	191	922	1.113	1.303
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	8	37	176	213	250
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	11	28	152	180	208
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	4	10	54	64	74
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	11	26	146	172	198
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	8	19	108	127	146
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	13	29	173	202	231
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	7	17	98	115	132
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	2	5	25	30	35
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	3	6	34	40	46
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	10	23	135	158	181
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	116	266	1.575	1.841	2.108
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	3	5	33	38	43
Total	747	3.243	8.916	12.159	16.144

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Apresentamos a seguir as condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017:

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Principal		Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	
Eletrobrás - LPT - ECFS 183/2007	30/08/2019	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	677	451	1.128
Eletrobrás - LPT - ECFS 226/2008	30/10/2020	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	679	1.246	1.925
Eletrobrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	550	1.375	1.925
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	361	462
Banco do Brasil S/A - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%	234	488	722
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	212	830	1.042
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	53	66
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	95	119
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	287	357
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	24	30
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	75	90
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	922	1.113
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	176	213
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	152	180
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	54	64
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	146	172
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	108	127
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	173	202
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	98	115
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	25	30
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	34	40
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	135	158
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	1.575	1.841
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	33	38
Total						3.243	8.916	12.159

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

Exercício	R\$
2019	3.016
2020	2.452
2021	1.397
2022	1.043
2023	640
2024+	368
Total	8.916

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.866	16.143	20.009
Ingressos	-	7	7
Encargos	988	-	988
Amortizações (principal e encargos)	(4.860)	-	(4.860)
Transferências	3.993	(3.993)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.987	12.157	16.144
Encargos	747	-	747
Amortizações (principal e encargos)	(4.732)	-	(4.732)
Transferências	3.241	(3.241)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.243	8.916	12.159

16. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	2017	2016
Provisão para férias (incluindo encargos sociais)	1.857	1.723
Tributos retidos na fonte	165	138
Consignações em favor de terceiros	16	7
Participações estatutárias (Administradores)	2.250	1.781
Encargos sociais – exercício corrente (Administradores)	630	499
Encargos sociais – exercícios anteriores (Administradores) (a)	-	3.027
Total	4.918	7.175

- (a) Refere-se aos encargos sobre participações de administradores do período de 2011 a 2016 reconhecidos pela Companhia como devidos no exercício 2017 (nota explicativa 2.4.2). Do montante apresentado, R\$ 1.743 foi recolhido pela Companhia no exercício 2017 e R\$ 1.284 foi incluído no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017.

Resultados de 2017

16.1 Participações estatutárias

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

Composição – Legislação societária	2017	2016
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	24.826	25.295
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.198)	(1.958)
Reserva de lucros a realizar	(127)	(5.524)
Lucro líquido do exercício ajustado	22.501	17.813
Participações estatutárias (10%)	2.250	1.781
INSS sobre participações estatutárias (20%)	450	356
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	180	143
Participações estatutárias + encargos sobre participações	2.880	2.280

17. Tributos

Composição	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Tributos federais	1.858	1.213	-	-
IRPJ	34	-	-	-
CSLL	27	-	-	-
PIS	319	215	-	-
COFINS	1.478	998	-	-
Tributos estaduais	6.003	4.736	-	-
ICMS	6.003	4.736	-	-
Tributos municipais	5	4	-	-
ISSQN	5	4	-	-
Contribuições sociais	522	494	-	-
INSS	384	360	-	-
FGTS	138	134	-	-
Tributos retidos na fonte	168	362	-	-
IRRF	102	302	-	-
CSLL	5	5	-	-
PIS	3	3	-	-
COFINS	14	16	-	-
INSS	44	36	-	-
Parcelamento de Tributos (a)	892	742	9.880	7.051
PERT – Tributos Federais	823	636	9.119	7.051
PERT – Contribuições Sociais	69	-	761	-
Tributos Diferidos (b)	-	-	9.338	11.128
IRPJ	-	-	6.866	8.182
CSLL	-	-	2.472	2.946
Total	9.448	7.445	19.218	18.179

Resultados de 2017

- (a) Trata-se do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 2.4.1), bem como os débitos pertinentes aos encargos sobre a participação dos administradores (nota explicativa nº 2.4.2). Por resultar numa economia de R\$ 2.991, dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 5% do valor da dívida consolidada, sem redução, em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.
- (b) Refere-se aos impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 (nota explicativa nº 22.3).

18. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício, a Administração da Companhia está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição – Legislação societária	2017	2016
Lucro líquido do exercício	21.946	23.514
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.198)	(1.958)
Reserva de lucros a realizar	(127)	(5.524)
Constituição de reserva legal	(981)	(801)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.276)	(8.536)
Base de cálculo dos dividendos – Legislação societária	11.364	6.695
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio – Legislação societária	2017	2016
Ações ordinárias	2.841	1.673
Ações preferenciais	2.685	2.551
Total dos dividendos propostos – Legislação societária	5.526	4.224
Juros sobre o capital próprio	7.276	8.536
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio – Legislação societária	12.802	12.760

Os juros sobre o capital próprio foram calculados e creditados observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2017, no valor total de R\$ 7.276 (R\$ 8.536 em 2016).

A movimentação e respectivos saldos das contas de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício 2017 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.224	5.847	10.071
(+) Crédito de JCP	-	7.276	17.347
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.092)	16.255
(-) Pagamento de JCP	-	(7.829)	8.426
(+) Crédito de dividendos complementares	12.476	-	20.902
(-) Pagamento de dividendos	(16.700)	-	4.202
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	5.526	-	9.728
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.526	4.202	9.728

Resultados de 2017

19. Encargos setoriais

Composição	2017	2016
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (a)	1.187	1.039
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.952	2.039
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (b)	2.082	2.503
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (c)	27	30
Outros	1	2
Total	6.249	5.613

- (a) Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE: a Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) e, a partir de maio de 2016, ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008 e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009. Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.
- (b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelo sistema interligado, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.
- (c) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE): foi criada pela Lei nº. 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das duas atividades de fiscalização e regulação econômica.

20. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Consumidores	127	162	-	-
Valores a repassar (a)	1.091	986	-	-
Prêmios de seguros	12	248	-	-
Reembolsos do fundo da CDE (b)	10.607	12.135	-	-
Receitas Financeiras sobre Depósitos para Reinvestimento (c)	-	-	199	122
Outros passivos	26	35	324	324
Total	11.863	13.566	523	446

Resultados de 2017

- (a) Refere-se à arrecadação da CIP e de outros valores a repassar.
- (b) Refere-se aos valores recebidos em montante superior aos descontos nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição contabilizados para a atividade rural, irrigante e tratamento de água, esgoto e saneamento, que serão compensados e ajustados a partir do próximo reajuste tarifário. Esses descontos foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo.
- (c) Refere-se à atualização financeira dos depósitos para reinvestimento realizados junto ao Banco do Nordeste S/A com os recursos advindos do benefício fiscal da SUDENE (nota explicativa nº 11).

21. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,71%	45.540	52.499	98.039
Participação da União, Estados e Municípios		14.513	25.294	39.807
Participação Financeira do Consumidor		26.664	27.055	53.719
Ultrapassagem de demanda		1.428	-	1.428
Excedente de reativos		2.935	-	2.935
Outros		-	150	150
(-) Amortização Acumulada - AIS		(17.547)	(15.128)	(32.675)
Participação da União, Estados e Municípios		(4.908)	(6.509)	(11.417)
Participação Financeira do Consumidor		(12.343)	(8.609)	(20.952)
Ultrapassagem de demanda		(97)	-	(97)
Excedente de reativos		(199)	-	(199)
Outros		-	(10)	(10)
Total		27.993	37.371	65.364

Resultados de 2017

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em serviço	97.116	940	(17)	-	-	98.039	923	(32.675)	65.364	68.043
Participação da União, Estados e Municípios	39.788	19	-	-	-	39.807	19	(11.417)	28.390	29.845
Participação Financeira do Consumidor	52.798	921	-	-	-	53.719	921	(20.952)	32.767	33.821
Doações e Subvenções	17	-	(17)	-	-	-	(17)	-	-	3
Ultrapassagem de demanda	1.428	-	-	-	-	1.428	-	(97)	1.331	1.384
Excedente de reativos	2.935	-	-	-	-	2.935	-	(199)	2.736	2.845
Outros	150	-	-	-	-	150	-	(10)	140	145
(-) Amortização Acumulada - AIS	(29.073)	(1.677)	-	-	(1.925)	(32.675)	(1.677)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(9.943)	(537)	-	-	(937)	(11.417)	(537)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(18.977)	(973)	-	-	(1.002)	(20.952)	(973)	-	-	-
Doações e Subvenções	(14)	-	-	-	14	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(44)	(53)	-	-	-	(97)	(53)	-	-	-
Excedente de reativos	(90)	(109)	-	-	-	(199)	(109)	-	-	-
Outros	(5)	(5)	-	-	-	(10)	(5)	-	-	-
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	68.043	(737)	(17)	-	(1.925)	65.364	(754)	(32.675)	65.364	68.043

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 100.000 (R\$ 95.000 em 2016), composto por 4.734.629 ações, sem valor nominal, sendo 3.145.407 ações ordinárias (66,43%) e 1.589.222 ações preferenciais (33,57%), assim representados:

Espécie / Classe	Quantidade	2017	Quantidade	2016
		R\$		R\$
Ordinárias	3.145.407	66.434	3.193.887	63.112
Preferenciais	1.589.222	33.566	1.613.717	31.888
Total (a)	4.734.629	100.000	4.807.604	95.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		25,51		26,12

- (a) A redução do número de ações é decorrente da conclusão do processo de desverticalização societária realizado nos moldes da Lei nº 9.074/95, com redação dada pela Lei nº 10.848/04, que veda às concessionárias de distribuição de energia elétrica com mercado superior a 500 GWh/ano de exercer atividades de geração e transmissão, tampouco participar no capital de outras sociedades. Desse modo, em março de 2017, ocorreu a transferência do acervo líquido da atividade de geração de energia elétrica da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (ELFSM) à Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A (SMGTE) por meio de aporte de capital e consequente redução do capital social da ELFSM. Na operação de desverticalização foram transferidas 48.480 ações ordinárias nominativas no montante de R\$ 957 e 24.495 ações preferenciais nominativas no montante de R\$ 484, o que resultou numa redução total do capital social de R\$ 1.441, conforme laudo de avaliação registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 20175497893 (nota explicativa nº 12.2).

Resultados de 2017

22.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	2017	2016
Reserva legal (a)	2.352	1.371
Reserva de incentivos fiscais (b)	2.572	4.961
Reserva de retenção de lucros (c)	6.070	14.330
Total	10.994	20.662

- (a) Constituída com 5% do lucro líquido do exercício deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
- (b) Corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Essa subvenção governamental é reconhecida no resultado do exercício da Companhia, e em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, devendo ser transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração.
- (c) Do lucro líquido do exercício, R\$ 6.070 (R\$ 9.933 em 2016) foram destinados para a reserva de retenção de lucros, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

22.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, cujos saldos estão assim representados:

Composição	Saldo
Reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2016	21.601
Baixas decorrentes do processo de desverticalização (a)	(508)
Efeito dos tributos sobre as baixas decorrentes do processo de desverticalização (a)	173
Realização da reserva em 2017	(4.757)
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva em 2017	1.618
Reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2017	18.127

- (a) Refere-se à baixa parcial da reserva de reavaliação e encargos incidentes sobre a reserva, em montante equivalente ao acervo líquido transferido ao patrimônio da empresa Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A, conforme desverticalização societária efetuada nos termos da Lei nº 9.074/95 com redação dada pela Lei nº 10.848/04 (nota explicativa nº 22.1).

23. Receita operacional líquida

Receita operacional	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	67.301	66.243	129.072	132.740	51.491	47.291
Industrial	1.986	1.949	79.219	90.319	32.044	32.377
Comercial, serviços e outros	8.389	8.236	78.895	83.362	32.194	30.224
Rural	31.217	30.551	147.408	167.380	26.206	26.941
Poder público	974	935	14.210	15.563	5.198	5.083
Iluminação pública	18	19	20.798	19.946	5.198	4.036
Serviço público	151	140	11.805	11.821	4.415	3.804
Consumo próprio	32	37	684	779	-	-
Total do fornecimento faturado	110.068	108.110	482.091	521.910	156.746	149.756
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	323	(1.117)
Total do fornecimento de energia elétrica	110.068	108.110	482.091	521.910	157.069	148.639
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	38.636	46.876
Industrial	-	-	-	-	18.903	26.029
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	22.634	28.109
Rural	-	-	-	-	22.115	26.294
Poder público	-	-	-	-	4.253	5.311
Iluminação pública	-	-	-	-	3.455	4.026
Serviço público	-	-	-	-	2.765	3.202
TUSD faturada - Consumidores livres	7	3	16.471	3.960	2.985	1.167
Total da TUSD faturada	7	3	16.471	3.960	115.746	141.014
TUSD não faturada	-	-	-	-	795	(753)
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	7	3	16.471	3.960	116.541	140.261
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE	-	-	-	-	14.762	5.473
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	6.924	4.527
Serviços cobráveis	-	-	-	-	488	396
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	45.022	42.323
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	67.196	52.719
Receita operacional bruta	110.075	108.113	498.562	525.870	340.806	341.619
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(5.631)	(5.652)
COFINS	-	-	-	-	(25.950)	(26.061)
ICMS	-	-	-	-	(59.739)	(63.303)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(91.320)	(95.016)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.073)	(1.045)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.073)	(1.045)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(25.588)	(30.781)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(346)	(355)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	(6.862)	(4.807)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(34.942)	(38.033)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(126.262)	(133.049)
Receita operacional líquida	110.075	108.113	498.562	525.870	214.544	208.570

Resultados de 2017

24. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Composição	2017		2016	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Energia elétrica comprada para revenda	595.349	121.954	663.104	129.892
Suprimento de Energia Elétrica	595.349	133.252	663.104	143.761
Contratos Bilaterais - Escelsa	458.610	96.445	573.262	125.366
Contratos Bilaterais - EDP	65.175	11.154	76.142	12.261
Proinfa	13.526	4.134	13.700	4.486
Resultado do MCP - CCEE	-	3.889	-	67
Resultado do MCSD - CCEE	63	19	-	-
Ajustes de Liquidação do MCP - CCEE	-	10.360	-	1.563
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	-	-	18
Cota Angra I / Angra II	4.334	982	-	-
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	32.152	1.981	-	-
Itaipu	21.489	4.288	-	-
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(11.298)	-	(13.869)
PIS	-	(2.015)	-	(2.474)
COFINS	-	(9.283)	-	(11.395)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	18.020	-	15.261
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	20.066	-	15.758
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	8.727	-	5.375
CUSD / TUSD - Escelsa	-	13.099	-	7.892
Ajustes de Liquidação do MCP - CCEE	-	(3.276)	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	1.224	-	2.491
Transporte Itaipu	-	292	-	-
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(2.046)	-	(497)
PIS	-	(365)	-	(89)
COFINS	-	(1.681)	-	(408)
Geração própria	-	-	2.721	-
Total	595.349	139.974	665.825	145.153

25. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Custos gerenciáveis - R\$	2017	2016
Pessoal e administradores (a)	25.371	21.585
Material	2.840	2.920
Serviços de terceiros	7.733	7.301
Depreciação e Amortização	10.269	10.308
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	5.404	11.038
Total	51.617	53.152

(a) As despesas com pessoal e administradores possuem o seguinte detalhamento:

Composição	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	13.725	11.988
INSS	3.774	3.192
FGTS	1.633	1.005
Previdência privada	490	444
Outros benefícios	2.203	1.685
Subtotal	21.825	18.314
Administradores (Diretoria e Conselho)		
Honorários	2.658	2.444
INSS	531	489
FGTS	161	148
Previdência privada	196	190
Subtotal	3.546	3.271
Total	25.371	21.585

26. Resultado financeiro

Composição	2017	2016
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	2.889	4.309
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	3.889	4.465
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais (c)	2.317	2.457
Variação cambial (a)	29	-
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	153	-
Outras receitas financeiras	21	11
Total das receitas financeiras	9.298	11.242
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(747)	(980)
Variação cambial (a)	(54)	-
Multas e acréscimos moratórios (b)	(2.730)	(132)
Juros sobre o capital próprio	(7.276)	(8.536)
Atualização monetária de passivos financeiros setoriais (c)	(2.328)	(2.152)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	(288)	(390)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	(122)	-
Outras despesas financeiras	(18)	(16)
Total das despesas financeiras	(13.563)	(12.206)
Resultado Financeiro	(4.265)	(964)

(a) Refere-se à variação da energia comprada proveniente de Itaipu.

Resultados de 2017

- (b) Destina-se ao reconhecimento dos acréscimos moratórios e juros sobre obrigações pagas ou a pagar. O aumento observado no exercício 2017 se refere ao reconhecimento dos juros e multas decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017.
- (c) Refere-se à atualização dos itens que integram a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" (nota explicativa nº 10).

27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Composição - Legislação societária	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2017	2016	2017	2016
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	30.553	27.120	30.553	27.120
Juros sobre o capital próprio	(7.276)	(8.536)	(7.276)	(8.536)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	23.277	18.584	23.277	18.584
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	3.492	2.788	2.095	1.673
Base de cálculo do adicional do IRPJ	23.037	18.344		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	2.304	1.834		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	5.796	4.622	2.095	1.673
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	54	57	20	21
Multas indedutíveis	120	110	-	-
Outras adições	38	1.274	13	516
	212	1.441	33	537
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(2.197)	(1.987)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(22)	(23)	-	-
Doações dedutíveis	(30)	(10)	-	-
Outras exclusões	-	(268)	(160)	(354)
	(2.249)	(2.288)	(160)	(354)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação societária	3.759	3.775	1.968	1.856
Efeito dos tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	(1.143)	(1.279)	(412)	(460)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação regulatória	2.616	2.496	1.556	1.396

Resultados de 2017

28. Contingências

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 121 (R\$ 93 em 2016), conforme demonstrado a seguir:

Natureza	2017	2016
Trabalhista	121	82
Cível	-	11
Total	121	93

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia julga não ser necessária a constituição de nenhuma provisão contábil por não ser provável nenhuma saída de recursos.

A Companhia é parte em ações de naturezas cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 882 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 843 em 2016).

Além disso, para fazer frente a questões cíveis, a Companhia possui cobertura securitária para danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros em decorrência das suas operações (nota explicativa nº 33).

29. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

Resultados de 2017

		2017			2016		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reapresentado					
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		25.095	-	25.095	38.920	-	38.920
Consumidores		33.517	-	33.517	27.294	-	27.294
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	1.213	-	1.213
Tributos compensáveis		2.215	-	2.215	2.326	-	2.326
Almoarifado operacional		1.247	-	1.247	1.073	-	1.073
Ativos financeiros setoriais		6.414	-	6.414	2.875	-	2.875
Despesas pagas antecipadamente		347	-	347	330	-	330
Outros ativos circulantes		522	-	522	523	-	523
Total do ativo circulante		69.357	-	69.357	74.554	-	74.554
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		554	-	554	860	-	860
Depósitos judiciais e cauções		121	-	121	93	-	93
Outros ativos não circulantes		1.057	-	1.057	740	-	740
Ativo financeiro indenizável (concessão)	29.1	-	8.228	8.228	-	8.117	8.117
Intangível (concessão)	29.2	-	129.126	129.126	-	130.211	130.211
Imobilizado	29.3	212.464	(212.464)	-	221.114	(221.114)	-
Intangível	29.4	777	(777)	-	859	(859)	-
Total do ativo não circulante		214.973	(75.887)	139.086	223.666	(83.645)	140.021
Total do ativo		284.330	(75.887)	208.443	298.220	(83.645)	214.575
		2017			2016		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reapresentado					
Passivo							
Passivo circulante							
Fomecedores		15.739	-	15.739	14.275	-	14.275
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.243	-	3.243	3.987	-	3.987
Obrigações sociais e trabalhistas		4.918	-	4.918	7.175	-	7.175
Tributos		9.448	-	9.448	7.445	-	7.445
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		9.728	-	9.728	10.071	-	10.071
Encargos setoriais		6.249	-	6.249	5.613	-	5.613
Outros passivos circulantes		11.863	-	11.863	13.566	-	13.566
Total do passivo circulante		61.188	-	61.188	62.132	-	62.132
Passivo não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		8.916	-	8.916	12.157	-	12.157
Tributos	29.5	19.218	(1.870)	17.348	18.179	(3.580)	14.599
Outros passivos não circulantes	29.6	523	(324)	199	446	(324)	122
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	29.7	65.364	(65.364)	-	68.043	(68.043)	-
Total do passivo não circulante		94.021	(67.558)	26.463	98.825	(71.947)	26.878
Total do passivo		155.209	(67.558)	87.651	160.957	(71.947)	89.010
Patrimônio líquido							
Capital social		100.000	-	100.000	95.000	-	95.000
Reservas de lucro	29.8	10.994	9.798	20.792	20.662	9.903	30.565
Outros resultados abrangentes	29.9	18.127	(18.127)	-	21.601	(21.601)	-
Total do patrimônio líquido		129.121	(8.329)	120.792	137.263	(11.698)	125.565
Total do passivo e do patrimônio líquido		284.330	(75.887)	208.443	298.220	(83.645)	214.575

Resultados de 2017

	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Reapresentado					
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Fornecimento de energia elétrica		157.070	-	157.070	148.639	-	148.639
Energia elétrica de curto prazo		14.762	-	14.762	5.473	-	5.473
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		116.540	-	116.540	140.261	-	140.261
Ativos e passivos financeiros setoriais		6.924	-	6.924	4.527	-	4.527
Serviços cobráveis		488	-	488	396	-	396
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		45.022	-	45.022	42.323	-	42.323
Valor justo do ativo financeiro indenizável	29.10	-	225	225	-	5.524	5.524
Receita de construção	29.11	-	6.729	6.729	-	24.097	24.097
Outras receitas operacionais	29.12	-	3.085	3.085	-	2.084	2.084
Total da receita bruta		340.806	10.039	350.845	341.619	31.705	373.324
Tributos							
ICMS		(59.739)	-	(59.739)	(63.303)	-	(63.303)
PIS-PASEP	29.12	(5.631)	(40)	(5.671)	(5.652)	(106)	(5.758)
Cofins	29.12	(25.950)	(182)	(26.132)	(26.061)	(492)	(26.553)
ISS	29.12	-	(39)	(39)	-	(34)	(34)
Total dos tributos		(91.320)	(261)	(91.581)	(95.016)	(632)	(95.648)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.073)	-	(1.073)	(1.045)	-	(1.045)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.073)	-	(1.073)	(1.045)	-	(1.045)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(25.588)	-	(25.588)	(30.781)	-	(30.781)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(346)	-	(346)	(355)	-	(355)
Outros encargos		(6.862)	-	(6.862)	(4.807)	-	(4.807)
Total encargos - Parcela "A"		(34.942)	-	(34.942)	(38.033)	-	(38.033)
Receita líquida / Ingresso líquido		214.544	9.778	224.322	208.570	31.073	239.643
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia elétrica comprada para revenda		(121.954)	-	(121.954)	(137.784)	-	(137.784)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(18.020)	-	(18.020)	(7.369)	-	(7.369)
Custo de construção	29.12	-	(6.729)	(6.729)	-	(24.097)	(24.097)
Total custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(139.974)	(6.729)	(146.703)	(145.153)	(24.097)	(169.250)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		74.570	3.049	77.619	63.417	6.976	70.393
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(25.371)		(25.371)	(21.585)		(21.585)
Material		(2.840)		(2.840)	(2.920)		(2.920)
Serviços de terceiros		(7.733)		(7.733)	(7.301)		(7.301)
Arrendamento e aluguéis		(1.171)		(1.171)	(1.015)		(1.015)
Seguros		(601)		(601)	(557)		(557)
Doações, contribuições e subvenções		(87)		(87)	(27)		(27)
Provisões		(150)		(150)	(989)		(989)
Perdas na alienação de bens e direitos		(22)		(22)	(68)		(68)
(-) Recuperação de despesas		383		383	424		424
Tributos		(1.457)		(1.457)	(740)		(740)
Depreciação e amortização	29.13	(10.269)	3.774	(6.495)	(10.308)	3.801	(6.507)
Gastos diversos		(4.448)		(4.448)	(4.455)		(4.455)
Outras receitas operacionais	29.12	2.806	(2.806)	-	1.925	(1.925)	-
Outras despesas operacionais	29.14	(657)	572	(85)	(5.536)	431	(5.105)
Total custos gerenciáveis - Parcela "B"		(51.617)	1.540	(50.077)	(53.152)	2.307	(50.845)
Resultado da atividade		22.953	4.589	27.542	10.265	9.283	19.548
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	29.15	(13.563)	7.276	(6.287)	(12.206)	8.536	(3.670)
Receitas financeiras		9.298		9.298	11.242	-	11.242
Total do resultado financeiro		(4.265)	7.276	3.011	(964)	8.536	7.572
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		18.688	11.865	30.553	9.301	17.819	27.120
Imposto de renda	29.5	(2.616)	(1.143)	(3.759)	(2.496)	(1.279)	(3.775)
Contribuição social	29.5	(1.556)	(412)	(1.968)	(1.396)	(460)	(1.856)
Participações e contribuições		(2.880)	-	(2.880)	(2.280)	-	(2.280)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	29.15	7.276	(7.276)	-	8.536	(8.536)	-
Resultado líquido do exercício		18.912	3.034	21.946	11.665	7.544	19.209

29.1 Ativo financeiro indenizável (concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

29.2 Intangível (concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

29.3 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

29.4 Intangível

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

29.5 Tributos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária, bem como dos tributos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável que não são registrados na contabilidade regulatória.

29.6 Outros passivos não circulantes

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo da reserva para reversão com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado, portanto, pelo seu valor líquido. Essa reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

29.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado, portanto, pelo seu valor líquido.

29.8 Reservas de lucro

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de lucros a realizar na contabilidade regulatória.

29.9 Outros resultados abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária.

29.10 Valor justo do ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes dos registros na contabilidade societária da atualização monetária do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 225 (R\$ 295 em 2016). Ademais, no exercício de 2016 o ativo financeiro da concessão foi aumentado no montante de R\$ 5.229 com base no laudo de avaliação referente ao 4º Ciclo de Revisão Tarifária. Tais ajustes foram registrados a título de valor justo do ativo financeiro indenizável em contrapartida à receita bruta.

29.11 Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

29.12 Outras receitas operacionais, PIS-PASEP, Cofins e ISS

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade societária, das outras receitas operacionais e tributos incidentes sobre elas para a receita líquida, além da não contabilização, na contabilidade regulatória, dos impostos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável.

Resultados de 2017

29.13 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

29.14 Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária, quando da baixa de bens, da parcela relativa à reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível registrada na contabilidade regulatória.

29.15 Despesas financeiras e reversão dos juros sobre o capital próprio

Os ajustes são decorrentes da contabilização das despesas financeiras na contabilidade societária líquida dos juros sobre o capital próprio.

29.16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2017	2016
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	120.792	125.565
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	8.329	11.698
Reserva de lucros a realizar - Diferença de VNR	(9.798)	(9.903)
Outros resultados abrangentes - Reserva de reavaliação regulatória	18.127	21.601
Patrimônio líquido regulatório	129.121	137.263

29.17 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	21.946	19.209
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(3.034)	(7.544)
Depreciação e amortização	(3.775)	(3.801)
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável	(225)	(5.524)
Perdas na desativação de bens e direitos - reavaliação regulatória compulsória	(572)	(431)
Tributos diferidos	1.538	2.212
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	18.912	11.665

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, a saber:

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intensão de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

30.1 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realiza-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Resultados de 2017

A tabela a seguir apresenta a classificação, os valores contábeis e os valores justos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor contábil		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	65.026	70.302	65.026	70.302
Empréstimos e recebíveis	33.517	28.507	33.517	28.507
Consumidores	33.517	27.294	33.517	27.294
Concessionárias e permissionárias	-	1.213	-	1.213
Valor justo por meio do resultado	25.095	38.920	25.095	38.920
Caixa e equivalentes de caixa	25.095	38.920	25.095	38.920
Disponível para venda	6.414	2.875	6.414	2.875
Ativos financeiros setoriais	6.414	2.875	6.414	2.875
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)	37.626	40.490	37.626	40.490
Custo amortizado	37.626	40.490	37.626	40.490
Fornecedores	15.739	14.275	15.739	14.275
Empréstimos e financiamentos	12.159	16.144	12.159	16.144
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	9.728	10.071	9.728	10.071

30.2 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	2.736	22.359	-	25.095
Disponível para venda				
Ativos financeiros setoriais	-	-	6.414	6.414
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	12.159	-	12.159

30.3 Riscos financeiros

A Administração da Companhia é responsável global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas e revisadas regularmente para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas lucro.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

O principal risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

31. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para os planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 686 em 2017 (R\$ 634 em 2016).

32. Transações com partes relacionadas

Os acionistas controladores da Companhia também são controladores da Santa Maria Participações S/A, empresa constituída em decorrência de uma cisão parcial da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, estabelecendo a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica.

As transações realizadas durante o exercício entre a Companhia e a Santa Maria Participações S/A são apresentadas a seguir:

Tipo de transação	R\$
Prestação de serviços (a)	3.884
Locação de imóveis (b)	1.104
Total	4.988

- (a) Os serviços contratados pela Companhia se referem leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, suportados por contratos que foram submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- (b) Os imóveis locados se destinam à sede e ao depósito da Companhia, suportados por contratos que foram submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2017, não há saldos em aberto com a Santa Maria Participações S/A.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo foi de R\$ 2.658 (R\$ 2.444 em 2016). Além da remuneração, a Companhia patrocina planos de benefícios complementares de aposentadoria para seus diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, que somaram, no exercício de 2017, o montante de R\$ 196 (R\$ 190 em 2016). Por sua vez, os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 692 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 637 em 2016).

33. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	
		2017	2016
Risco operacional (a)	25/08/2018	61.422	63.430
Responsabilidade civil geral (b)	25/08/2018	1.800	1.800
Responsabilidade civil geral - danos morais (c)	25/08/2018	360	360
Total		63.582	65.590

- (a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como do edifício sede e depósito de materiais da Companhia.
- (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ ou materiais incorridos.

O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2017 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	2017	2016
Risco operacional	283	285
Responsabilidade civil	12	12
Frota	52	33
Total	347	330

Resultados de 2017

34. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Contratos de compra de energia - R\$						
<u>Vigência</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>
2019 a 2050	124.934	99.958	74.665	74.665	74.665	1.808.192

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2017, e foram homologados pela ANEEL.

* * *

Diretoria:

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

Contador:

Carlos Alberto Lima
CRC: ES/009263/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A
Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis regulatórias utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 02 de março de 2018.



Wesley Cristian Marquês
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5



Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL - ES
Auditores Independentes
CRC 2ES000289/O-5